



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

PROJETO BÁSICO Nº 11/ 2021 - SEÇ AQS

1. **OBJETO**

1.1. Contratação do Serviço, em caráter emergencial, sob demanda, de operacionalização de leitos de UTI com gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra especializada, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de **até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)** para a Diretoria Técnica de Saúde do Hospital das Forças Armadas (HFA), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	CATSER	UNID	VALOR UNITÁRIO INICIAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de <b>até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)</b>	5.400	12920	SV	x-x-x	x-x-x

1.2. O Quadro de Pessoal será conforme quadro abaixo:

Categoria Profissional	Qualificação/Habilitação (Cursos/Titulação)
Médico Responsável Técnico	Com Especialização, em medicina intensiva emitido pela AMIB, para atuação em UTI Adulto
Médico Diarista/Rotineiro	Com especialização, em medicina intensiva emitido pela AMIB, para atuação em UTI Adulto
Médico Plantonista	Experiência comprovada em UTI, residência ou Pós Graduação em Clínica Médica, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Cardiologia, Nefrologia e Pneumologia.
Cirurgião-Dentista	Registro no Conselho, com a especialização em Odontologia Hospitalar.
Enfermeiro coordenador	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título.
Enfermeiro Rotineiro	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título, com experiência na atividade no mínimo de 1 (um) ano.

Enfermeiro Plantonista	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título, com experiência na atividade de no mínimo de 1 (um) ano.
Assistente Social	Registro no Conselho
Médico Infectologista	Residência médica em infectologia; especialização em CCIH
Enfermeiro de CCIH	Especialização em CCIH; experiência comprovada em CCIH
Nutricionista	Formação em nutrição, com especialização de nutrição clínica.
Fisioterapeuta Coordenador	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada a Fisioterapia Respiratória e assistência ao paciente grave, comprovada por título.
Fisioterapeuta Plantonista	Registro no Conselho com experiência comprovada em Fisioterapia Respiratória (UTI)
Fonoaudiólogo	Registro no Conselho, com experiência profissional em UTI de no mínimo 6 (seis) meses.
Farmacêutico Clínico	Com especialização em Farmácia Clínica, na proporção de 1 (um) para 15 (quinze) Leitos.
Técnico de Farmácia	Registro no Conselho
Psicólogo	Registro no Conselho
Técnicos de Enfermagem	Registro no Conselho. Com experiência profissional em UTI de no mínimo 6 (seis) meses.
Técnico de Laboratório	Com experiência de 6 (seis) meses em Unidade de Terapia Intensiva (UTI)

1.3. Todos os profissionais selecionados deverão estar regularmente em seu respectivo Conselho.

1.4. O objeto desta Contratação tem natureza de serviço comum de gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de **até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)**.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**, pois os preços estão fixados por Unidade determinada, visto que estes serviços podem ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

1.7. O contrato terá vigência pelo período de **até 180 (cento e oitenta) dias**, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Realizar a contratação do Serviço, em caráter emergencial, sob demanda, de operacionalização de leitos de UTI com gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra especializada, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de **até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)** para a Diretoria Técnica de Saúde do Hospital das Forças Armadas (HFA)

### 2.2. Motivação da contratação.

2.2.1. O Hospital das Forças Armadas é um hospital militar geral sediado em Brasília-DF, vinculado à estrutura do Ministério da Defesa.

2.2.2. De caráter estratégico, o HFA integra o sistema de segurança nacional, prestando atendimento a autoridades como o Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, integrantes do Corpo Diplomático, Chefes de Estado e suas respectivas comitivas em visita oficial ao Brasil.

2.2.3. Nos últimos dez anos o Hospital das Forças Armadas vem tendo uma considerável diminuição de seus efetivos. No período compreendido entre janeiro de 2009 e julho de 2019, contabilizou a perda de 1.280 (mil duzentos e oitenta) servidores, sendo 533 (quinhentos e trinta e três) médicos, 136 (cento e trinta e seis) especialistas em atividades hospitalares, 282 (duzentos e oitenta e dois) técnicos em atividades médico hospitalares e 329 (trezentos e vinte e nove) servidores administrativos. Apenas no primeiro semestre de 2019, 70 (setenta) servidores já foram desligados deste Quadro de Pessoal.

2.2.4. Em função da significativa evasão de servidores, o Hospital atua abaixo de sua capacidade. Conforme relatório de avaliação da execução de Programas de Governo, expedido pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, após auditoria operacional dos exercícios de 2017 e 2018, o HFA tem utilizado apenas 27,8 % de sua capacidade operacional total.

2.2.5. Esse processo de esvaziamento tem causado sérias dificuldades ao atendimento de seus usuários, assim como a paralisação de serviços essenciais. Em 2014, a maternidade e a UTI neonatal, do HFA, deixaram de funcionar, inviabilizando a realização de partos e acompanhamento de

recém-nascidos, observou-se, em pouco tempo de outras atividades relacionadas como Cirurgia, Endocrinologia, Alergologia e Neurologia Pediátrica.

2.2.6. Os principais riscos enfrentados pelo HFA para a consecução de suas atividades fim e meio e finalidade institucional dizem respeito à evasão de pessoal. Esta situação vem sendo relatada continuamente aos órgãos de controle por meio dos relatórios de Gestão elaborados pela Unidade.

2.2.7. Em reunião do Conselho Consultivo, do HFA, ocorrida em 2016, definiu-se que seria prioritário que o HFA restabelecesse a sua capacidade de atendimento em UTI. Entretanto a proposta de PL que trata sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares das FFAA tem como um de seus reflexos a redução de efetivos militares, inviabilizando o recompletamento de Recursos Humanos necessário a diversas atividades do HFA, entre elas a abertura de leitos de UTI.

2.2.8. Ressalta-se, ainda, que para o funcionamento da UTI, faz-se necessário garantir diversos serviços à beira leito, conforme preconiza o artigo 18, da Resolução - RDC Nº 07, de 24 de fevereiro de 2010, da ANVISA. Entre eles a assistência nutricional, a terapia nutricional, assistência farmacêutica, assistência fonoaudiológica, assistência psicológica, assistência odontológica, assistência social e suporte administrativo para a aquisição de material médico-hospitalar, insumos e manutenção de equipamentos.

2.2.9. Tal medida se justifica em virtude da ocupação anual de leitos de UTI em Clínicas em Hospitais credenciados e do custo médio, bem superior aos custos da internação no HFA.

2.2.10. Assim a contratação de Empresa especializada para operar até 30 (trinta) leitos de UTI é essencial ao princípio da continuidade do serviço público, que guarda estreita relação com o princípio da supremacia do interesse público, cujos ditames preveem que o serviço público como atividade de interesse coletivo não deve sofrer descontinuidades totais ou parciais, sob pena de acarretar prejuízos aos usuários do sistema de saúde das Forças Armadas, bem como trazer economia para o paciente e promover um melhor atendimento ao usuário.

2.2.11. Este nosocômio possui uma contratação efetivada sob a égide da legislação temporária que disciplinavam as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Esta legislação, assim como suas alterações, perderam sua vigência pois foram editadas especificamente para o enfrentamento da pandemia do COVID-19 durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a exemplo do que se sucedeu com a Lei nº 13.979/2020 e a Lei nº 14.065/2020.

2.2.12. Por consequência, não mais se justifica a prorrogação das contratações sob a legislação anterior por não existir permissivo legal, o que, contudo, não afeta a eficácia dos contratos porventura celebrados sob a égide destes normativos temporários, cuja vigência ainda não se expirou, sendo, pois, respeitados os prazos pactuados (art. 4-H da Lei nº 13.979/2020; e art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 14.065/2020).

2.2.13. Diante do quadro evolutivo da Pandemia do Covid-19, resultando em ocupação em grande escala dos leitos de UTI, conforme Boletim de Ocupação (ID 3354493 e 3354497), necessário se faz a adoção de tal medida sob pena de resultar em grave comprometimento à segurança de pessoas e serviços.

2.2.14. Importa registrar ainda que, o HFA, movido pela irrefreável crise sanitária provocada pelas cepas do coronavírus (Sars-CoV-2), tem, desde o início da pandemia, se socorrido de agentes capacitados da iniciativa privada, seja por instrumento contratual ou de parceria, seja por medidas ainda mais drásticas (requisição administrativa), para, alfm, tentar solucionar a crise sanitária que insiste subjugar o tecido social, evitando, ao máximo, os efeitos deletérios na gestão do nosocômio, que se fazem presente apesar de todas as medidas governamentais impostas desde 2020.

2.2.15. Verifica-se em todo o país o agravamento simultâneo de diversos indicadores, como o crescimento do número de casos e de óbitos, a manutenção de níveis altos de incidência de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), a alta positividade de testes e a sobrecarga dos hospitais. Especificamente no HFA temos vivenciado cenário de altas taxas de ocupação de UTI, já operacionalizada por empresa contratada, com qual há impossibilidade de prorrogação contratual.

### 3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. Abrange a prestação do serviço de:

3.1.1. Acolhimento e admissão dos pacientes até a alta dos mesmos do ambiente da UTI, fornecendo os insumos necessários ao atendimento aos pacientes, tais como medicamentos, medicamentos de alto custo, material hospitalar e dietas industrializadas.

3.1.2. A manutenção dos aparelhos que ficarão sob sua guarda quando da operação dos leitos, substituindo os mesmos no caso de dano ou quebra dos aparelhos.

3.1.3. Disponibilização de até 30 (trinta) Leitos, no prazo de até 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato, com pagamento por leito ocupado;

3.1.3.1. O prazo de 15 (quinze) dias para o início da Execução contratual tem por finalidade: conceder prazo suficiente para a contratação do pessoal envolvido na execução do objeto; realizar os ajustes necessários para ocupação das instalações e, por fim, realizar as reuniões necessárias para a Gestão e Fiscalização do Contrato.

3.1.4. Caso sejam contratados, inicialmente, menos de 30 leitos, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme solicitação da CONTRATANTE, mais leitos em até 10 (dez) dias, após a Formalização do Pedido pelo Fiscal do Contrato designado pela Contratante.

3.1.5. Atendimento aos parâmetros estabelecidos por meio da Resolução – RDC nº 07, de 24 de fevereiro de 2010 e redações dadas pelas Resoluções – RDC Nº 26, de 11 de maio de 2012 e RDC Nº 137, de 8 de fevereiro de 2017.

3.1.6. Os profissionais deverão possuir as habilitações exigidas e estarem disponíveis na UTI, de acordo com o normativo citado acima.

3.1.7. Todos os profissionais que atuarão na UTI deverão estar imunizados contra tétano, difteria, hepatite B e outros imunobiológicos, de acordo com a NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde estabelecida pela Portaria MTE/GM nº 485, de 11 de novembro de 2005.

3.1.8. A contratada deverá certificar-se da atualização dos profissionais indicados, em relação a:

3.1.8.1. a normas e rotinas técnicas desenvolvidas na unidade;

3.1.8.2. incorporação de novas tecnologias;

3.1.8.3. gerenciamento dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas na unidade e segurança de pacientes e profissionais; e

3.1.8.4. prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.

3.1.9. A qualquer tempo a contratada poderá ser solicitada a apresentar certificado dos cursos e atualizações dos profissionais por ela escolhidos para atuar na UTI.

3.1.10. A contratada deve garantir que os pacientes dos leitos sob a responsabilidade de seus profissionais recebam assistência integral e interdisciplinar.

3.1.11. Todo paciente internado em UTI deve ser avaliado quanto ao seu estado clínico em todos os turnos e nas intercorrências clínicas pelas equipes médica, de enfermagem e de fisioterapia, assinado e datado em prontuário eletrônico, com certificação digital.

3.1.12. As assistências nutricional, farmacêutica, fonoaudiológica, fisioterapêutica e de terapia ocupacional devem estar integradas às demais atividades assistenciais prestadas ao paciente, quando necessário.

3.1.13. A avaliação de outros profissionais envolvidos na assistência ao paciente quando realizada, deve ser registrada, assinada e datada em prontuário.

3.1.14. A equipe da UTI deve proceder ao uso racional de antimicrobianos, estabelecendo protocolos de forma interdisciplinar com as equipes de Controle de Infecção do HFA e de Farmácia Hospitalar.

3.1.15. A equipe da UTI deve monitorar e manter registros dos eventos sentinela que possam indicar a má qualidade da assistência, tais como extubação acidental, perda de cateter venoso e úlceras de pressão e estabelecer medidas de controle ou redução dos mesmos.

3.1.16. A contratada **NÃO SERÁ** responsável pelas terapias médicas prestadas por outras equipes de especialistas, como: Hemodinâmica, Hemoterapia e Terapia Renal Substitutiva, mesmo que prestadas na UTI, ficando as equipes do HFA responsáveis por tais terapias.

## 3.2. **NORMAS E ROTINAS**

3.3. O HFA disporá de registro das normas institucionais e das rotinas dos procedimentos assistenciais e administrativos realizados na unidade, em comum acordo entre a contratada e o hospital, as quais devem ser:

3.3.1. Elaboradas em conjunto com os setores envolvidos na assistência ao usuário grave, no que for pertinente, em especial com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar.

3.3.2. Aprovadas e assinadas pelo Responsável Técnico.

3.3.3. A contratada deverá informar todos os eventos adversos ao NQSP/DTS HFA (Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente)

3.3.4. As coletas deverão ser realizadas pela contratada e as amostras para exames laboratoriais deverão ser entregues ao Laboratório de Análise Clínica (LAC) pela contratada.

3.3.5. As roupas de uso na UTI deverão ser fornecidas pela contratada e esterilizada no Centro de Material de Esterilização (CME).

3.3.6. A Contratada deve ter 1(uma) bandeja de pulsão para cada leito de UTI e, no mínimo, 15 (quinze) bandejas de procedimentos. Essas bandejas serão esterilizadas no CME/HFA.

3.3.7. A lavagem das roupas da contratada ficará sob responsabilidade da contratada. A contratada manipulará as roupas usadas pela equipe terceirizada.

## 3.4. **HUMANIZAÇÃO**

3.5. Considerando que a humanização é uma das políticas prioritárias do Ministério da Saúde, as práticas de atenção e gestão humanizada deverão presidir as relações entre usuário e os profissionais que o atendem objetivando este fim.

3.6. Caberá à equipe multiprofissional o fornecimento de orientações aos familiares e aos usuários, nos horários de visita ou quando couber, em linguagem clara, sobre o estado de saúde e assistência a ser prestada desde a admissão até a alta.

3.7. O responsável legal pelo paciente deve ser informado sobre as condutas clínicas e procedimentos a que o mesmo será submetido.

3.8. O desempenho das atividades do objeto contratado deverão estar devidamente regulamentada em seus respectivos conselhos de classe e de acordo com as demais normas pertinentes.

## 3.9. **MÃO DE OBRA**

3.10. A CONTRATADA deverá recrutar, selecionar, contratar e fornecer todos os profissionais componentes da equipe multiprofissional da Unidade de Terapia Intensiva, sempre de acordo com a regra estabelecida pela RDC ANVISA nº 07/2010, RDC ANVISA nº 26/2012 e demais normativos legais que regem a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico.

3.11. Com vistas às regras estabelecidas na RDC ANVISA nº 07/2010 e RDC ANVISA nº 26/2012, ou equivalente e outras legislações pertinentes, será formalmente designado um coordenador médico, um enfermeiro coordenador da equipe de enfermagem e um fisioterapeuta coordenador da equipe de fisioterapia, assim como seus respectivos substitutos.

3.12. O coordenador médico designado deverá ter título de especialista em medicina intensiva, fornecido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira - AMIB, para responder pela UTI geral adulto.

3.13. Os coordenadores de enfermagem e de fisioterapia devem ser especialistas em terapia intensiva ou em outra especialidade relacionada à assistência ao usuário grave, específica para a modalidade de atuação.

3.14. O médico diarista/rotineiro deverá estar disponível na razão de um para cada dez leitos ou fração, no turno matutino. É imperativo que título de especialista em medicina intensiva, fornecido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira - AMIB para atuação nesta função.

3.15. Os médicos plantonistas, enfermeiros assistenciais e fisioterapeutas assistenciais deverão estar disponíveis na razão mínima de um para cada dez leitos ou fração, em cada turno, durante as 24 horas do dia, 7 dias na semana.

3.16. Técnicos de enfermagem serão disponibilizados na razão mínima de um para cada dois leitos, em cada turno durante as 24 horas do dia, 7 dias na semana.

3.17. Deverá ser disponibilizado também um farmacêutico exclusivo para a unidade, responsável pela dispensação e manutenção do estoque de medicamentos e materiais da UTI.

3.18. Médicos plantonistas, enfermeiros assistenciais, fisioterapeutas e técnicos de enfermagem estarão disponíveis em tempo integral para assistência aos usuários internados na UTI, durante o horário em que estão escalados para atuação na mesma.

## 3.19. **PROTOCOLOS CLÍNICOS**

3.20. As diretrizes clínicas / protocolos clínicos constituem importante ferramenta para tornar as condutas de assistência aos usuários mais homogênea e de melhor qualidade científica. A CONTRATADA deverá apresentar para fins da ASSINATURA DO CONTRATO, conforme estabelecido no item 3.2 deste Projeto Básico, e a qualquer tempo, segundo demanda da CONTRATANTE, no mínimo os seguintes protocolos clínicos atualizados:

3.20.1. H1N1 / COVID-19 / Síndromes gripais graves em geral;

- 3.20.2. Parada cardiorrespiratória;
- 3.20.3. Ventilação não invasiva;
- 3.20.4. Padronização do desmame de ventilação mecânica;
- 3.21. Sedação e analgesia em UTI;
- 3.22. Profilaxia de hemorragia digestiva;
- 3.23. Controle da dor;
- 3.24. Úlcera por pressão;
- 3.25. Prevenção de pneumonia associada à ventilação;
- 3.26. Sepses;
- 3.27. TVP/TEP;
- 3.28. Acesso Venoso Central;
- 3.29. Cetoacidose Diabética;
- 3.30. Infarto agudo do miocárdio;
- 3.31. Angina estável e instável;
- 3.32. Arritmias;
- 3.33. Edema agudo de pulmão;
- 3.34. H1n1;
- 3.35. Intoxicação exógena;
- 3.36. Acidente Vascular Cerebral;
- 3.37. SARA;
- 3.38. Programa Operacional Padrão (POP) de cada categoria funcional
- 3.39. **INDICADORES DE QUALIDADE**
- 3.40. A equipe da UTI deverá atuar sempre com foco no uso racional de antimicrobianos e insumos, estabelecendo normas e rotinas de forma multidisciplinar e em conjunto com a CCIH, Farmácia Hospitalar, Almoxarifado e Laboratório de Microbiologia.
- 3.41. Serão monitorados e mantidos registros de avaliações do desempenho e do padrão de funcionamento global da UTI, assim como de eventos que possam indicar necessidade de melhoria da qualidade da assistência com o objetivo de estabelecer medidas de controle ou redução dos mesmos.
- 3.42. Dentro das primeiras 24 horas de internação será calculado e registrado o Score de Gravidade dos usuários internados na UTI por meio de um Sistema de Classificação de Severidade de Doença recomendado por literatura científica especializada. Com base neste score, será determinado o índice de mortalidade esperado para estes pacientes.
- 3.43. O Coordenador Médico da UTI deverá correlacionar a mortalidade geral de sua unidade com a mortalidade geral esperada, de acordo com o Índice de gravidade utilizado.
- 3.44. Devem ser monitorados os indicadores mencionados na Instrução Normativa nº 7, de 24 de Fevereiro de 2010, da ANVISA, bem como por outro instrumento normativo que regula a CONTRATANTE.
- 3.45. Estes dados deverão estar em local de fácil acesso e ser disponibilizados à Vigilância Sanitária durante a inspeção sanitária e/ou à CONTRATANTE.
- 3.46. quando por esta solicitado.
- 3.47. Os usuários internados na UTI devem ser avaliados por meio de um Sistema de Classificação de Necessidades de Cuidados de Enfermagem recomendado por literatura científica especializada.
- 3.48. O Enfermeiro coordenador da UTI deverá correlacionar as necessidades de cuidados de enfermagem com o quantitativo de pessoal disponível, de acordo com o instrumento de medida utilizado.
- 3.49. Os registros de qualidade estatísticas desses dados devem ser apresentados mensalmente a CONTRATADA, em reuniões específicas para este fim.
- 3.50. Na monitorização e no gerenciamento de risco, a equipe da UTI deve:
  - 3.50.1. Definir e monitorar indicadores de avaliação da prevenção ou redução dos eventos adversos pertinentes à unidade;
  - 3.50.2. Coletar, analisar, estabelecer ações corretivas e notificar eventos adversos e queixas técnicas, conforme determinado pelo órgão sanitário competente, devendo ser notificados à gerência de risco ou outro setor definido pela instituição, de acordo com as normas institucionais.
- 3.51. **ESTRUTURAS E SERVIÇOS HOSPITALARES A SEREM DISPONIBILIZADAS PELO HFA PARA FINS DE DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS INCLUINDO:**
  - 3.51.1. Centro cirúrgico;
  - 3.51.2. Ressonância Magnética;
  - 3.51.3. Tomografia computadorizada;
  - 3.51.4. Anatomia patológica;
  - 3.51.5. Serviço de ecodopplercardiografia;
  - 3.51.6. Serviço de radiologia móvel com ultrassonografia portátil;
  - 3.51.7. Serviço de endoscopia digestiva alta e baixa;
  - 3.51.8. Serviço de fibrobroncoscopia;

- 3.51.9. Exame com probatório de fluxo sanguíneo encefálico;
- 3.51.10. Exames laboratoriais com microbiologia e hemogasometria, com lactato, além de exames complementares que auxiliem diagnóstico ou terapêutica dos pacientes, em período integral; e
- 3.51.11. Serviços de Hemodinâmica (Radiologia intervencionista);
- 3.51.12. Materiais Médicos/Hospitalares
- 3.51.13. Bombas de Infusão, o HFA fornecerá esses equipamentos, entretanto a contratada deverá utilizar os equipos dessas bombas com ressarcimento, pois esses equipamentos são utilizados em regime de Comodato pelo HFA.
- 3.51.14. As bombas de infusão são fornecidas em regime de comodato, sendo obrigação da Contratada a aquisição dos insumos (equipo de bomba de infusão) com a empresa que fornece as bombas, não sendo permitida alternativa de aquisição. A mesma situação ocorre com as bombas de infusão de dieta enteral.
- 3.52. SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS OU TERAPÊUTICOS, EXECUTADOS PELO HFA, NO HOSPITAL OU EM OUTRO ESTABELECIMENTO, CASO NÃO DISPONÍVEL:**
- 3.52.1. Cirurgia cardiovascular;
- 3.52.2. Cirurgia vascular;
- 3.52.3. Cirurgia neurológica;
- 3.52.4. Cirurgia ortopédica;
- 3.52.5. Cirurgia urológica; e
- 3.52.6. Cirurgia buco-maxilo-facial.
- 3.52.7. Caso haja indisponibilidade no HFA, caberá a contratada realizar os serviços acima listados, sem ônus para a contratante.
- 3.53. ESPECIALIDADES, PARA REALIZAR AVALIAÇÕES DOS PACIENTES INTERNADOS NA UTI E QUE AS NECESSITEM, DISPONIBILIZADOS PELO HFA**
- 3.53.1. Assistência clínica vascular;
- 3.53.2. Assistência clínica cardiovascular;
- 3.53.3. Assistência clínica neurológica;
- 3.53.4. Assistência clínica ortopédica;
- 3.53.5. Assistência clínica urológica;
- 3.53.6. Assistência clínica de gastroenterologia;
- 3.53.7. Assistência clínica nefrológica, incluindo hemodiálise;
- 3.53.8. Assistência clínica hematológica;
- 3.53.9. Assistência clínica de hemoterapia;
- 3.53.10. Assistência clínica oftalmológica;
- 3.53.11. Assistência clínica otorrinolaringológica;
- 3.53.12. Assistência clínica ginecológica;
- 3.53.13. Assistência cirúrgica geral;
- 3.54. ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS E FISCALIZAÇÃO**
- 3.54.1. Reuniões com a Equipe de Fiscalização do HFA**
- 3.54.1.1. As reuniões deverão ocorrer mensalmente, com a apresentação dos indicadores e evolução dos índices quantitativos e qualitativos. Na oportunidade serão revistos os processos envolvidos, validados fluxos e criados planos de ação na busca por melhorias no atendimento aos pacientes encaminhados à UTI.
- 3.54.1.2. A CONTRATADA deverá ter como princípio a transparência nas suas ações, visando sempre as melhores práticas de éticaprofissional e por isso prestará contas de toda produção assistencial, bem como apresentará aos gestores do HFA as contas hospitalares dos pacientes que ficaram sob seus cuidados de maneira a permitir à instituição a cobrança destes valores de cada uma das Forças.
- 3.54.2. Reuniões com o Corpo Clínico**
- 3.54.2.1. Serão realizadas reuniões, no mínimo mensais ou em caráter excepcional, para a avaliação do indicadores constante neste Projeto Básico, assim como para discussão de casos clínicos, com periodicidade a ser definida entre os gestores do HFA e a coordenação médica da CONTRATADA;
- 3.54.2.2. O Coordenador Médico da UTI participará das reuniões de Corpo Clínico e, a critério dos gestores do HFA, nas Comissões pertinentes, contribuindo efetivamente nas soluções para os problemas de ordem médico-administrativa relacionados a UTI.
- 3.54.2.3. A avaliação de desempenho será feita segundo os indicadores mencionado neste Projeto Básico.
- 3.54.2.4. As informações sobre dados de desempenho e resultados não poderão ser divulgados a terceiros, exceto nos casos dos órgãos fiscalizadores da CONTRATANTE (auditores, Conselhos e outros) estando os infratores sujeitos às penalidades estabelecidas em contrato.
- 3.54.2.5. A CONTRATANTE designará comissão de execução e fiscalização, com pessoal de seu quadro de colaboradores, para garantir o fiel cumprimento das regras estabelecidas no contrato a ser firmado com a CONTRATANTE.
- 3.55. INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO**
- 3.55.1. A CONTRATADA deverá comprovar mensalmente, através de relatório de prestação de contas, o atendimento das metas descritas a seguir:

Descrição	Metas	Indicador
-----------	-------	-----------

Mortalidade na UTI (S.M.R.)	0,8	Score Relativo de Mortalidade
Satisfação dos clients e/ou famílias	60	Pontos na metodologia NPS

3.55.2. O relatório deverá ser entregue, preferencialmente, em conjunto com a Nota Fiscal eletrônica de prestação de serviço;

3.55.3. Todos os dados originais, que compõe os indicadores descritos no item 3.11, deverão estar disponíveis para acesso e auditoria por parte da CONTRATANTE a qualquer momento, durante toda a vigência do contrato.

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

##### 4.1. Classificação dos serviços

4.1.1. Trata-se de SERVIÇO COMUM, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e, devido ao seu caráter emergencial, será contratado por DISPENSA DE LICITAÇÃO com amparo no Inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

4.1.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

##### 4.2. Forma e seleção do fornecedor

4.2.1. Será disponibilizado Aviso público em meios oficiais de divulgação, visando dar ampla publicidade privilegiando a isonomia e obtenção da proposta mais vantajosa. A publicidade será efetivada em Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação, no sítio eletrônico do Hospital das Forças Armadas no endereço: www.hfa.mil.br e, disponível, por meio de contato diretamente com a Seção de Aquisições/SDALC HFA, conforme Aviso de Licitação.

4.2.2. A fim de dar lisura ao procedimento pela máxima prospecção do mercado, fundado em critérios isonômicos e impessoais, será enviados também, e-mail, ao máximo de interessados, pela Seção de Pesquisa de Preços/SDALC.

4.2.3. Devido ao caráter emergencial da contratação e, diante da necessidade de se conceder tempo suficiente para elaboração da proposta por parte dos peticionantes, fica estabelecido o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do próximo dia útil da última publicação, para apresentação dos envelopes contendo as respectivas propostas, assim como o de Habilitação.

4.2.4. Como forma de viabilizar e aperfeiçoar a referida contratação e estabelecer parâmetros uniformes e coesos à competição, fica assegurado **até 2 (dois) dias úteis antes da Sessão de Julgamento** para os pedidos de esclarecimentos ou, até mesmo, de impugnações que será direcionado ao Senhor Presidente da Comissão Especial de Julgamento e Habilitação, nomeado pelo Boletim Interno nº 56-HFA de 24 de março de 2021.

4.2.5. Eventuais pedidos de esclarecimentos e impugnações será apreciados e decididos em até 24 (vinte e quatro) horas da protocolização do pedido.

4.2.6. O critério de julgamento será o de "**MENOR PREÇO**", desde que comprovada a habilitação e qualificação mínima para a execução do Objeto, conforme os termos deste Projeto Básico.

4.2.7. Para tanto, serão apresentados 02 (dois) envelopes. Um Envelope com a Proposta Comercial e Outro com a documentação da Habilitação. Só serão abertos os envelopes da Proposta Comercial e ordenada pelo menor preço ofertado.

4.2.8. As proposta serão ordenadas e classificadas de acordo com o **MENOR PREÇO** proposto, sendo que a habilitação recairá somente na peticionante vencedora.

4.2.9. Em sendo considerada inabilitada a proponente melhor classificada, será analisada a documentação dos peticionantes seguintes, dentro da classificação da sua respectiva proposta.

4.3. O julgamento será realizado em Sessão Pública, na sala Ana Nery do Hospital das Forças Armadas, localizado na Avenida das Jaqueiras, s/nº, Setor Sudoeste, Brasília-DF, CEP 70.673-900, Pavilhão Administrativo no prazo estabelecido em Aviso próprio.

4.4. Do que restar apurado, será lavrado Ata da Sessão com a indicação provisória do vencedor, com a subscrição de todos os participantes da Sessão.

4.5. Após o término da Sessão será tornado público, em documento oficial de publicação, da vencedora da Contratação, ficando assegurado o prazo de 2 (dois) úteis para recursos inominados da decisão da Comissão.

4.6. A documentação de habilitação não analisada ficará à disposição dos interessados por até 30 (trinta) dias úteis no endereço do Órgão, já indicado.

4.7. A aprovação do procedimento ficará condicionado, para fins de adjudicação e homologação, à posterior emissão de Parecer Jurídico pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.

#### 5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

##### 5.1. Requisitos da Proposta;

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta com os seguintes campos:

5.2.1. valor unitário e total do item;

5.2.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

5.2.2.1. Produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade;

5.2.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta e Formação de Preços, conforme anexo deste Projeto Básico;

5.5. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

5.7. A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

5.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.8.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.8.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando do reajuste, para fins de total ressarcimento do débito.

5.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.15. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

## 5.16. **DA HABILITAÇÃO**

5.17. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.17.1. SICAF

5.17.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

5.17.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

5.17.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.17.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

5.17.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.17.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.17.8. I - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.17.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.17.10. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.17.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

5.17.12. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

5.17.13. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

5.17.14. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



5.17.15. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

5.17.16. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

5.17.17. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.17.18. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.17.19. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.17.20. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 5.18. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

5.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.20. No caso de SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.21. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

5.22. No caso de SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.23. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

5.24. Em se tratando de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

5.25. No caso de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.26. no caso de exercício de ATIVIDADE DE SAÚDE: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Conselho ou órgão competente;

5.27. No caso de dispensa a licitante deverá realizar a comprovação.

## 6. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

6.1. prova de inscrição no CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.2. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.3. prova de regularidade com o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS);

6.4. prova de inexistência de DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.5. prova de REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.6. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.7. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## 7. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.2. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social (2018), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, com o respectivo registro;

7.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; e$$

7.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

## 8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA EMPRESA LICITANTE NO CRM (Conselho Regional de Medicina), conforme a área de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

8.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

8.3.1. Comprovar ter executado SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO no mínimo 40% (quarenta por cento) dos quantitativos previsto no objeto da contratação. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 01 (um) ano ser ininterrupto.

8.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.3.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.3.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão, emitir ATESTADO DE VISTORIA, assinado pelo servidor responsável ou DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES do serviço.

8.3.6. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 15 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3966-2171.

8.3.7. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Licitação, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

8.3.8. Para a vistoria o interessado ou o seu representante legal/preposto, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 9.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

9.1.1. A contratada deverá disponibilizar atendimento médico especializado em UTI sete dias por semana, vinte quatro horas por dia utilizando-se das instalações do HFA.

9.1.2. O atendimento deverá ser prestado por médico em UTI e que possua no mínimo 01 (um) ano de experiência em atendimento de emergência / UTI.

9.1.3. Estar com regularidade conforme previsto na habilitação definida neste Projeto Básico em toda vigência contratual.

### 10. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

10.1. O HFA, por se tratar de hospital terciário e último elo na cadeia de evacuação das Forças Armadas em Brasília e adjacências, oferece atendimento médico-hospitalar de baixa, alta e média complexidade.

10.2. Assim, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes atendidos pela Seção de UTI/DST do Hospital das Forças Armadas, evitando-se assim o encaminhamento a Unidades Hospitalares externos

### 11. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

11.1. A contratação objeto do presente projeto, alinha-se com o planejamento do HFA na medida em que é constante e crescente a necessidade de atendimento aos nossos usuários, salvo casos fortuitos que fogem completamente ao planejamento elaborado.

### 12. AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

12.1. O seu agrupamento é técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala.

### 13. CRITÉRIOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E CULTURAIS ADOTADOS:

13.1. Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG nº. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido pode ser consultado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do CJU/SP para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental.

13.2. A Contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG, em especial:

13.2.1. que os bens sejam de material reciclado, atóxico e biodegradável (normas ABNT);

13.2.2. que sejam observados os requisitos ambientais definido pelo INMETRO nos produtos em que seja compulsória a avaliação de conformidade (produtos que comprometam a segurança ou saúde do consumidor);

13.2.3. que o sistema de embalagem seja o mais adequado em termos de volume e impacto (produto reciclado);

13.2.4. que não contenham substâncias perigosas acima da recomendada pela diretiva RoHs16.

13.2.5. A contratada deverá fazer o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade ambiental do governo federal.

13.3. A contratada deverá obedecer as normas técnicas, de saúde, de higiene, e de segurança do trabalho, por ocasião da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, de acordo com as normas do Ministério da Economia.

13.4. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

#### 14. **REALIZAÇÃO DE VISTORIA (FACULTATIVA)**

14.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, das 8 horas às 15 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto a Unidade de Terapia Intensiva ou Seção de Licitações (3966 2496).

14.2. Para agendar a visita e vistoria técnica a empresa deverá indicar um Responsável Técnico/Representante legal/Preposto, Razão Social da empresa, e CNPJ.

14.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Dispensa de Licitação, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, assim, o agendamento deverá ser feito com prazo suficiente para que a visita ocorra dentro do previsto.

14.4. Por ocasião da vistoria será emitida uma Declaração de Vistoria à empresa, conforme modelo constante do Anexo.

14.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado.

#### 15. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

15.1. A contratada deverá disponibilizar atendimento médico especializado em Unidade de Terapia Intensiva sete dias por semana, vinte quatro horas por dia utilizando-se das instalações do HFA.

#### 16. **DA COMUNICAÇÃO**

16.1. A Contratada deverá nomear preposto, que poderá ser o encarregado, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente junto ao HFA, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF, nº do documento de identidade e nº do telefone, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

16.2. O preposto deverá apresentar-se ao Fiscal de Contrato, após a assinatura do Contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para desempenho das atividades definidas no contrato.

16.3. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas.

16.4. Atender prontamente, sem ônus para o HFA, quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deste instrumento.

#### 17. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

##### 17.1. **Mecanismo de comunicação**

17.1.1. Para comunicações sobre informações relevantes do gerenciamento, acompanhamento e pagamento do contrato:

17.1.2. **Emissor:** Contratante, Contratada, na figura do(s) preposto(s) e envolvidos (usuários, administrativos, etc)

17.1.3. **Forma de comunicação:** através de contato telefônico ou ferramenta disponibilizada pela Contratada para tal finalidade ou por e-mail (a ser definido, quando do início do contrato).

#### 18. **FORMA DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO DE SERVIÇO**

18.1. Os serviços descritos neste Projeto Básico deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulado pelo HFA, de acordo com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) descrito em anexo.

18.2. Se a Contratada não cumprir os compromissos do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estará passível às sanções administrativas cabíveis.

#### 19. **CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

19.1. A recusa dos serviços poderá ocorrer por motivo de vícios de qualidade ou por não observância dos padrões definidos e adotadas pela Contratante. Em caso de recusa de qualquer serviço, o prazo efetivo para sua correção não será considerado como atendimento ou prorrogação do prazo contratual pré-definido ou do prazo acordado entre as partes para execução das ocorrências/demandas;

19.2. Independentemente da aceitação, a Contratada deverá garantir a qualidade do serviço prestados pelo prazo estabelecido nas especificações e nas condições de Garantia, obrigando-se a corrigir aquele que apresentar erro ou defeito, no prazo estabelecido pela Contratante;

#### 20. **INÍCIO DO CONTRATO**

20.1. Definição dos procedimentos iniciais, com a participação do Gestor do Contrato e dos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, onde serão tratados:

20.2. Esclarecimentos de dúvidas acerca do Contrato;

20.3. Apresentação do Preposto, pela Contratada;

20.4. Apresentação da Equipe de Gestão;

20.5. Apresentação do Plano de manutenção da Contratada, elaborado em conjunto com o Gestor do Contrato e pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato.

20.6. Após a homologação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

20.7. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Projeto Básico.

20.8. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.9. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

- 20.10. O Aceite da Nota de Empenho de Serviço de Manutenção e Assistência Técnica à empresa adjudicada, implica reconhecimento de que:
- 20.10.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 20.10.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 20.10.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 20.11. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 20.12. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 20.13. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 20.14. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 20.15. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 20.16. Na hipótese de o vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Projeto Básico ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis, poderá convocar a proposta seguinte, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.
- 21. MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO**
- 21.1. Conferência do quantitativo/qualitativo dos serviços e dos requisitos técnicos descritos neste Projeto Básico, visando o atesto da execução dos serviços, a cargo do Fiscal do Contrato;
- 21.2. Identificação de falta de conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato, se for o caso;
- 21.3. Encaminhamento de indicação de sanções, glosas ou outras providências por parte do Gestor do Contrato para à Área Administrativa;
- 21.4. Verificação do atendimento aos termos contratuais a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;
- 21.5. Confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo para fins de encaminhamento para pagamento, a cargo do Gestor e do Fiscal do Contrato.
- 22. PROCEDIMENTO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**
- 22.1. Autorização para emissão de nota(s) Fiscal(s), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da CONTRATADA, a cargo do Gestor do Contrato;
- 22.2. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, no que couber, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;
- 22.3. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato;
- 22.4. Manutenção do histórico de Gerenciamento do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato;
- 22.5. Informação à Gerência de Contratos sobre todas as ocorrências de negativas da execução do contrato, a cargo do Fiscal Técnico e Gestor do Contrato.
- 22.6. O pagamento deverá considerar a realização dos serviços dentro dos critérios pré-estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) descritos no edital, a qual deverá ser comprovadas através de relatórios mensais.
- 22.7. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura.
- 23. PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO**
- 23.1. **Recebimento Provisório** – recebimento provisório se dará em até 10 (dez) dias corridos, após a entrega do relatório, enviado até o 5º dia útil do mês subsequente pela empresa, descrevendo, caso haja, os serviços executados no mês.
- 23.2. **Recebimento Definitivo** - Após o recebimento provisório, será verificado se está de acordo com as especificações contidas neste termo, e caso aprovado será dado o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias corridos, procedendo com o pagamento.
- 23.3. A Nota Fiscal/Fatura para pagamento deverá estar em conformidade com as especificações constantes deste Projeto e seus Anexos, com os quantitativos efetivamente executados, e devidamente atestada pela equipe de gerenciamento do contrato designada para tal fim.
- 23.4. A (s) Nota (s) Fiscal (s)/Fatura (s) deverá (ao) ser emitida (s) em nome do Hospital das Forças Armadas (UASG 112408), sediado(a) Setor HFA, S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900.
- 23.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária em favor da CONTRATADA, ficando estabelecido que a ordem bancária se constituirá para o HFA, em documento hábil, comprobatório da quitação das obrigações.
- 23.6. Havendo identificação na (s) Nota (s) Fiscal (is)/Fatura (s) de cobrança indevida, o fato será informado à CONTRATADA e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida e atestada pelo gestor do contrato.
- 23.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 23.8. O HFA poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.
- 23.9. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurarem pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades

impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual.

23.10. Caberá reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, hipótese que pressupõe evento extraordinário que impacte significativamente nos parâmetros negociais da avença, sendo, neste caso, instrumentalizado via aditamento, mediante requerimento próprio ao Senhor Ordenador de Despesas.

#### 24. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

##### 24.1. CABE A CONTRATADA ADQUIRIR, ARMAZENAR, DISTRIBUIR E MANUTENIR DE ACORDO COM A DEMANDA DE FLUXO DA UNIDADE, OS SEGUINTE ITENS:

- 24.1.1. Materiais para punção lombar;
- 24.1.2. Materiais para drenagem líquórica em sistema fechado;
- 24.1.3. Materiais para aspiração traqueal em sistema aberto e fechado;
- 24.1.4. Materiais para drenagem torácica em sistema fechado;
- 24.1.5. Materiais para traqueostomia;
- 24.1.6. Materiais para monitorização de pressão venosa central;
- 24.1.7. Materiais para monitorização de pressão arterial invasiva;
- 24.1.8. Materiais para punção pericárdica;
- 24.1.9. Um equipamento para aferição de glicemia capilar a cada cinco leitos – dois equipamentos no total;
- 24.1.10. Materiais para curativos;
- 24.1.11. Materiais para cateterismo vesical de demora;
- 24.1.12. Materiais para passagem de marcapasso venoso e cutâneo provisório;
- 24.1.13. Materiais para realização de intubação oro-traqueal (tubos/cânulas oro-traqueais, fixadores, cânulas de guedel, fio guia);
- 24.1.14. Todos os materiais utilizados na Unidade de Tratamento Intensivo;
- 24.1.15. Toda medicação de alto custo necessária a assistência dos pacientes internados;
- 24.1.16. Marca passo transcutâneo;
- 24.1.17. Balão intraaórtico;
- 24.1.18. Cateter de picc;
- 24.1.19. Sonda retal;
- 24.1.20. Cateter de Swan ganz;
- 24.1.21. Dreno pigtil para drenagem de tórax;
- 24.1.22. Sistema de drenagem pneumotórax true close;
- 24.1.23. Sistema de drenagem vin tricular externa / cerebral;
- 24.1.24. Sistema a vácuo para curativos a vácuo de escaras; e
- 24.1.25. Sistema de controle de continência fecal.

##### 25. CADA LEITO DEVE POSSUIR NO MÍNIMO, DISPONIBILIZADO PELO HFA:

- 25.1. Cama hospitalar elétrica, com ajuste de posição, grades laterais e rodízios;
- 25.2. Equipamento para ressuscitação manual do tipo balão auto inflável, com reservatório e máscara facial (um por leito, com reserva de um a cada dois leitos);
- 25.3. Estetoscópio;
- 25.4. Três equipamentos para infusão contínua de fluidos (bomba de infusão), com reserva operacional de um a cada três leitos;
- 25.5. Monitor multiparametros que permitem monitorização contínua de: frequência respiratória; oximetria de pulso; frequência cardíaca; cardioscopia; temperatura; pressão arterial não-invasiva e invasiva;
- 25.6. Foco cirúrgico portátil a cada dez leitos;
- 25.7. Equipamento para ventilação pulmonar não invasiva – um para cada leito;
- 25.8. Ventilador pulmonar mecânico multiprocessado – um para cada leito, com reserva operacional de 1 a cada 10 leitos, devendo dispor, cada equipamento, de no mínimo dois circuitos completos;
- 25.9. Sensor para capnografia ou sistema que adapte o monitor para realizar a capnografia, 1 a cada 10 leitos;

##### 26. A CONTRADA PODERÁ SER CONVOCADA A DISPONIBILIZAR

- 26.1. Cama hospitalar elétrica, com ajuste de posição, grades laterais e rodízios;
- 26.2. Equipamento para ressuscitação manual do tipo balão auto inflável, com reservatório e máscara facial (um por leito, com reserva de um a cada dois leitos);
- 26.3. Estetoscópio;
- 26.4. Três equipamentos para infusão contínua de fluidos (bomba de infusão), com reserva operacional de um a cada três leitos;
- 26.5. Monitor multiparametros que permitem monitorização contínua de: frequência respiratória; oximetria de pulso; frequência cardíaca; cardioscopia; temperatura; pressão arterial não-invasiva e invasiva;
- 26.6. Foco cirúrgico portátil a cada dez leitos;
- 26.7. Equipamento para ventilação pulmonar não invasiva – um para cada leito;
- 26.8. Ventilador pulmonar mecânico multiprocessado – um para cada leito, com reserva operacional de 1 a cada 10 leitos,

devendo dispor, cada equipamento, de no mínimo dois circuitos completos;

- 26.9. Sensor para capnografia ou sistema que adapte o monitor para realizar a capnografia, 1 a cada 10 leitos;
- 26.10. Os materiais acima descritos, por solicitação do HFA, poderão ser locados ou adquiridos pela contratada.
- 26.11. Os custos caso sejam da contratada serão mediante aditivos do contrato.

## 27. **A CADA DEZ LEITOS, A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR PELO MENOS**

- 27.1. Um oftalmoscópio;
- 27.2. Um otoscópio;
- 27.3. Um negatoscópio (mesmo se o sistema de visualização de RX for digital);
- 27.4. Máscara facial que permita diferentes concentrações de oxigênio (ex: Mascara de Venturi) – 1 para cada 2 leito;
- 27.5. Um aspirador a vácuo portátil;
- 27.6. Um equipamento para mensurar pressão de balonete de tubo/cânula endotraqueal (cuffometro);
- 27.7. Um ventilômetro portátil;
- 27.8. Equipamentos para monitorização de pressão arterial invasiva – cinco para cada 10 leitos;
- 27.9. Um monitor de débito cardíaco;
- 27.10. Um eletrocardiograma portátil;
- 27.11. Dois kits (carrinhos) de emergências, com desfibrilador;
- 27.12. Um gerador para marca-passo cardíaco temporário e kit introdutor;

## 28. **TIPAGEM DO SERVIÇO (COMUM OU NÃO) E SUA NATUREZA (SE CONTINUADO OU NÃO):**

- 28.1. A natureza do serviço é comum e sua natureza é continuada, mas de caráter temporário, visto que visará atender a situação que ora se apresenta.
- 28.2. O contrato terá duração de 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis.
- 28.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 29. **DAS OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE**

- 29.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 29.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 29.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 29.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;
- 29.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 29.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 29.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 29.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 29.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
  - 29.6.4. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
  - 29.6.5. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
  - 29.6.6. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
  - 29.6.7. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 29.6.8. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
  - 29.6.9. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
  - 29.6.10. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
    - 29.6.10.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
    - 29.6.10.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
    - 29.6.10.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

## 30. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 30.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao

perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas, utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

30.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

30.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

30.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

30.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

30.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

30.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

30.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

30.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

30.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

30.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

30.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

30.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

30.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

30.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

30.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

30.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

30.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

30.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

30.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

30.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

30.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

30.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

30.22.2. Os direitos autorais da solução, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

30.23. A CONTRATADA deverá gerenciar a compra de todos os medicamentos utilizados na unidade, bem como estocá-los adequadamente, para que não ocorra falta ou atraso na administração das medicações padronizadas na unidade.

30.24. Cabe à CONTRATADA manter, às suas expensas, equipe uniformizada e individualmente identificada por meio de crachás;

30.25. Ainda é dever da CONTRATADA implantar, treinar a equipe e garantir o bom funcionamento, de um software de Prontuário Eletrônico para a evolução clínica e prescrição médica e de enfermagem, que possibilite o controle das medicações utilizadas, devendo este software se integrar de forma compatível com o software existente atualmente no HFA (M.V.), afim de atender todos os processamentos e as informações em atendimento a Contratante.

30.26. A Contratada deverá manter a UTI com todos os equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da unidade, de acordo com o

preconizado na RDC ANVISA nº 07/2010, de 24 de fevereiro de 2010 e será de responsabilidade da Contratada, a guarda bem como a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados exclusivamente na UTI.

30.27. A CONTRATADA deverá informar e solicitar autorização para realizar toda e qualquer manutenção dos equipamentos sob sua responsabilidade.

30.28. Caberá a CONTRATADA o desempenho de todas as atividades administrativas inerentes a contratação e manutenção de seu quadro de colaboradores, dentre elas, mas não somente, o pagamento mensal de salários e eventos cabíveis, encargos sociais e benefícios, inclusive verbas rescisórias, de conformidade com as normas trabalhistas vigentes.

30.29. É de responsabilidade da CONTRATADA o treinamento e capacitação permanente da sua equipe de trabalho, de acordo com Artigo 17 da RDC ANVISA nº 07/2010, sem qualquer tipo de ônus adicional para a CONTRATANTE.

30.30. A CONTRATADA deverá fornecer a sua equipe os EPIs exigidos pelas normas vigentes, garantindo que sua equipe será treinada quanto ao uso dos mesmos e que fará uso destes equipamentos sempre que a melhor prática e as normas assim recomendarem.

30.31. A CONTRATADA assumirá a posse e utilizará o parque de equipamentos da CONTRATANTE, através do Termo de Entrega, e os manterá em perfeitas condições de funcionamento, responsabilizando-se pela manutenção corretiva e preventiva dos mesmos. Caso algum equipamento deixe de funcionar, caberá a CONTRATADA a substituição, mesmo que temporária, do mesmo evitando o bloqueio de leitos por falta de equipamentos.

30.32. A empresa CONTRATADA deverá enviar mensalmente a CONTRATANTE a escala de trabalho de seus colaboradores, contendo o nome dos profissionais, dia e horário de trabalho dos mesmos.

30.33. A CONTRATADA será responsável pelo fiel cumprimento da jornada de trabalho dos seus colaboradores, sendo que o profissional indicado para a prestação dos serviços não poderá ausentar-se do local até o final da carga horária determinada, podendo a empresa sofrer penalidades em caso de descumprimento desta regra.

30.34. A CONTRATADA será responsável pelos atos e omissões de seus colaboradores e prepostos, devendo sempre disponibilizar pessoal legalmente habilitado e devidamente treinado para o exercício das diversas atividades dentro da UTI.

30.35. A prescrição de medicação e/ou de qualquer outro procedimento médico necessário ao tratamento dos pacientes internados na UTI será de responsabilidade da equipe médica da CONTRATADA, sempre a critério do médico intensivista e de acordo com protocolos clínicos.

30.36. A CONTRATADA deverá garantir que haverá troca de plantão entre os profissionais que deixarão o turno de trabalho e aqueles que assumirão estes postos. Na ocasião deverão ser repassadas as informações necessárias para a continuidade no tratamento dos pacientes, assim como informações sobre possíveis intercorrências ocorridas no turno que estará se encerrando.

30.37. A CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade, deverá comunicar ao HFA qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços ou, ainda, no controle técnico dos mesmos, e qualquer fato que possa colocar em risco a segurança dos pacientes e a qualidade técnica na execução dos serviços de terapia intensiva.

30.38. A CONTRATANTE poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica e de segurança do paciente, sempre pautada na legislação que rege a prestação deste tipo de serviço, cabendo à CONTRATADA quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes de suas ações e/ou omissões.

30.39. A CONTRATADA, por meio de seus colaboradores e prepostos, deverá relacionar-se de forma cordial, colaborativa e participativa em nome do bom andamento dos serviços do HFA. Não existirá estratificação hierárquica entre os integrantes das equipes de serviço, resguardando a autonomia no limite do direito individual que não ponha em risco o bom andamento dos trabalhos.

30.40. É de responsabilidade da CONTRATADA enviar a CONTRATANTE todas as informações necessárias, de cada um de seus profissionais que estiver atuando no âmbito do HFA, para fins de cadastro dos mesmos no CNES.

30.41. Não haverá qualquer tipo de vínculo trabalhista, fiscal ou previdenciário entre os colaboradores da CONTRATADA e a CONTRATANTE, cabendo à primeira responsabilizar-se integralmente por possíveis demandas extra e/ou judiciais impetradas por membros de sua equipe.

30.42. Caberá a CONTRATADA a responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, seguros, impostos, despesas operacionais e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do contrato.

30.43. A CONTRATADA responderá pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE.

30.44. Caberá a CONTRATADA o controle de assiduidade e pontualidade de seus colaboradores, devendo os mesmos serem apresentados a CONTRATANTE sempre que solicitado, dentro do prazo de até 48 horas;

30.45. Quando a CONTRATANTE constatar qualquer desvio de conduta técnica ou administrativa por parte dos profissionais da CONTRATADA, deverá notificar o fato à CONTRATADA, cabendo, conforme a situação, a substituição a pedido da CONTRATANTE ou de ofício pela CONTRATADA;

30.46. A CONTRATANTE é responsável pelo transporte inter e intra-hospitalar dos pacientes internados na UTI do HFA, seguindo os preceitos que constam na Portaria GM/MS n 2048, de 05 de Novembro de 2002 para a execução destes serviços.

30.47. A CONTRATANTE deverá disponibilizar serviço de UTI móvel, com equipe médica completa, disponível 24hs por dia, sete dias por semana, para realizar transferências ou encaminhamentos para outra unidade hospitalar;

30.48. A CONTRATANTE será responsável por qualquer obra de adequação do espaço físico da UIT, caso assim seja determinado pela Vigilância Sanitária do DF ou outro órgão competente;

30.49. A CONTRATANTE deverá disponibilizar área para que a CONTRATADA monte uma farmácia exclusiva para a UTI que irá administrar; A farmácia em questão será gerida por um farmacêutico contratado pela CONTRATADA.

30.50. A CONTRATANTE será a responsável por fornecer os gases medicinais e sistema de vácuo que serão utilizados na unidade de terapia intensiva, sendo também de sua responsabilidade a manutenção preventiva e corretiva destes sistemas;

30.51. A CONTRATANTE, por meio de serviço próprio ou subcontratado, será a responsável pelo recolhimento, transporte e descarte do lixo da unidade de terapia intensiva, cabendo à CONTRATADA o devido acondicionamento do mesmo para o recolhimento e transporte, sempre de acordo com as normas vigentes;

30.52. A CONTRATANTE deverá disponibilizar o espaço físico necessário em suas instalações para que a CONTRATADA instale as áreas de apoio necessárias à execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, sempre de acordo com a RDC ANVISA nº 07/2010;



30.53. Caberá a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização dos serviços que serão prestados pela CONTRATADA nas dependências do HFA.

30.54. A CONTRATADA deverá utilizar o mesmo sistema operacional ou outro compatível com o da CONTRATANTE.

30.55. Os insumos serão adquiridos pela CONTRATADA (medicamentos, filtros de ventiladores artificiais, canetas de bisturi descartáveis, equipo de bomba infusora, etc)

30.56. A CONTRATADA é responsável pela manutenção de todo o material médico hospitalar disponibilizado pela CONTRATANTE e das suas instalações.

30.57. Quando da admissão dos serviços a CONTRATADA deverá estar em condições de assumi-lo com mínima intervenção dos serviços e/ou equipes da CONTRATANTE.

### 31. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

31.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 32. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

32.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 33. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

33.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

33.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

33.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

33.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

33.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

33.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

33.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

33.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

33.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto em Anexo ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

33.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

33.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

33.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

33.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

33.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

33.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

33.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

33.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

33.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

33.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por

qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **34. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

34.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

34.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

34.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

34.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

34.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

34.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

34.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

34.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

34.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

34.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

34.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

34.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

34.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

34.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

34.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

34.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

34.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### **35. DO PAGAMENTO**

35.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

35.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

35.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

35.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

35.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

35.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

35.4.1. o prazo de validade;

35.4.2. a data da emissão;

35.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

35.4.4. o período de prestação dos serviços;

35.4.5. o valor a pagar; e

35.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

35.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

35.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

35.6.1. não produziu os resultados acordados;

35.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

35.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

35.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

35.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

35.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

35.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

35.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

35.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

35.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

35.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

35.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

35.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

35.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

35.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6/100) / 365$	$= 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------	-------------------------------------------------------

## 36. DO REAJUSTE

36.1. Os preços são fixos e irremovíveis devido o seu contrato ter previsão legal de duração de até 180 (cento e oitenta) dias.

36.2. Caberá o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em situações tais que pressuponham evento extraordinário que impacte significativamente nos parâmetros negociais da avença, sendo, neste caso, instrumentalizado via aditamento;

## 37. GARANTIA DE EXECUÇÃO

37.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

37.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

37.1.2. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

37.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

37.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

37.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

37.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

37.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

- 37.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não abrangidas pela contratada, quando couber.
- 37.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 37.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 37.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 37.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 37.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 37.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 37.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 37.11. Será considerada extinta a garantia:
- 37.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 37.11.2. no prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.
- 37.12. 19.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 37.13. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico.
- 37.14. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 37.14.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 37.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 38. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

- 38.1. Está incluso no Termo de Contrato (MINUTA) e será utilizado para mensuração da Execução do Objeto deste Projeto Básico.
- 38.2. Em atenção ao disposto na IN/SEGES-MP nº 05/2017, os serviços descritos neste PB deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulado pelo HFA, de acordo com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)
- 38.3. Se a Contratada não cumprir os compromissos do IMR estará passível de sofrer sanções administrativas previstas neste Projeto, assim como ter impacto em seu pagamento, conforme tabela contida no IMR.

## 39. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 39.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 39.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 39.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 39.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 39.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 39.1.5. cometer fraude fiscal.
- 39.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 39.2.1. **ADVERTÊNCIA POR ESCRITO**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 39.2.2. **MULTA DE:**
- 39.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 39.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 39.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 39.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

- 39.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 39.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HFA e no âmbito do MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.
- 39.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 39.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 39.3. As sanções previstas nos subitens 45.2.1, 45.2.2, 20.2.3 e 20.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 39.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:
- 39.5. Tabela 1:

GRAU	CORRESPONDENCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

- 39.6. Tabela 2.

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia se for o caso	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	1
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

- 39.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 39.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 39.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 39.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 39.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 39.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União,

ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

39.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

39.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

39.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

39.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

39.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

39.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 40. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS DE REFERÊNCIA

40.1. Esta Administração reserva para si o valor estimado da contratação, visto que a Contratada será selecionado mediante seleção pública.

40.2. O Valor estimado da contratação será apresentado na abertura da Sessão.

#### 41. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

41.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

41.1.1. Gestão/Unidade: 00001

41.1.2. Fonte: 0118

41.1.3. Programa de Trabalho:

41.1.4. Elemento de Despesa: 33.90.39 - 50 (SERVIÇOS MÉDICOS, HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS)

41.1.5. PI: não se aplica

#### 42. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Análise de Riscos

Anexo III - Minuta do Termo de Contrato

Anexo IV - Modelo de Termo de Vistoria (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017)

Anexo V - Declaração de conhecimento das condições e peculiaridades

Anexo VI - Modelo de Proposta

Brasília-DF, de março de 2021.

1. Submeto para aprovação:

**SÉRGIO AUGUSTO MONTEIRO PINHEIRO - Cel EB**

Diretor Técnico de Saúde

**MANOEL NASCIMENTO AQUINO - Cel EB**

Chefe da Divisão de Medicina

**ALEXANDRE FERRAZ - Ten Cel EB**

Integrante Técnico

**SÁVIO DOMINGOS DE ARAUJO MEDEIROS - 1º Ten EB**

Integrante Administrativo

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

**KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel EB R1**

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Domingos de Araújo Medeiros, Auxiliar**, em 01/04/2021, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

---



Documento assinado eletronicamente por **Kladson Taumaturgo Farias, Ordenador(a) de Despesas**, em 01/04/2021, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

---



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ferraz, Chefe**, em 01/04/2021, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

---



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Nascimento Aquino, Chefe**, em 01/04/2021, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

---



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Augusto Monteiro Pinheiro, Respondendo pela Direção**, em 01/04/2021, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **3408786** e o código CRC **253D420C**.

---



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Instrução Normativa Nº 40, de 22 de maio de 2020

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Divisão:	DIVISÃO DE MEDICINA	Unidade Solicitante:	DIRETORIA TÉCNICA DE SAÚDE
Responsável:	SÉRGIO AUGUSTO MONTEIRO PINHEIRO - Cel EB		
Telefone (ramal):	396 2751	E-mail:	pinheiro@hfa.mil.br

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE ("I", ART. 7º)

2.1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.1.1. A necessidade da atual aquisição tem por finalidade propiciar a condição necessária para a Contratação de empresa especializada para Terceirização dos serviços na Unidade de Terapia Intensiva - UTI.

3. RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

3.1. O Hospital das Forças Armadas é um hospital militar geral sediado em Brasília-DF, vinculado à estrutura do Ministério da Defesa.

3.2. De caráter estratégico, o HFA integra o sistema de segurança nacional, prestando atendimento a autoridades como o Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, integrantes do Corpo Diplomático, Chefes de Estado e suas respectivas comitivas em visita oficial ao Brasil.

3.3. O mundo passa por uma pandemia, onde o primeiro caso no Brasil foi diagnosticado no dia 26 de fevereiro de 2020 e em pouco mais de 30 (trinta) dias já havia passado de 5.717 (cinco mil, setecentos e dezessete) casos confirmados, com 201 (duzentos e um) óbitos. Existem projeções que indicam que o Brasil ultrapasse os 25 mil (vinte e cinco mil) casos confirmado até 11 de abril.

3.4. Nos últimos dez anos o Hospital das Forças Armadas vem tendo uma considerável diminuição de seus efetivos. No período compreendido entre janeiro de 2009 e julho de 2019, contabilizou a perda de 1280 servidores, sendo 533 médicos, 136 especialistas em atividades hospitalares, 282 técnicos em atividades médico hospitalares e 329 servidores administrativos. Apenas no primeiro semestre de 2019, 70 servidores já foram desligados deste Quadro de Pessoal.

3.5. Em função da significativa evasão de servidores, o Hospital atua abaixo de sua capacidade. Conforme relatório de avaliação da execução de Programas de Governo, expedido pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da defesa, após auditoria operacional dos exercícios de 2017 e 2018, o HFA tem utilizado apenas 27,8 % de sua capacidade operacional total.

3.6. Esse processo de esvaziamento tem causado sérias dificuldades ao atendimento de seus usuários, assim como a paralisação de serviços essenciais. Em 2014, a maternidade e a UTI neonatal, do HFA, deixaram de funcionar, inviabilizando a realização de partos e acompanhamento de recém-nascidos. Como efeito cascata, observou-se, em pouco tempo o encerramento de outras atividades relacionadas como Cirurgia, Endocrinologia, Alergologia e Neurologia Pediátrica.

3.7. Os principais riscos enfrentados pelo HFA para a consecução de suas atividades fim e meio e finalidade institucional dizem respeito à evasão de pessoal. Esta situação vem sendo relatada continuamente aos órgãos de controle por meio dos relatórios de Gestão elaborados pela Unidade.

3.8. Os últimos concursos autorizados para o Hospital das Forças Armadas remontam aos anos de 2009 e 2014. Em 2008 foram autorizados dois certames para a contratação de servidores em 2009, envolvendo cargos para as atividades meio e fim.

3.9. Os concursos foram prorrogados, totalizando sua vigência por um período de 4 anos, ou seja, até 2013. Naquela ocasião foram ofertadas 1.601 vagas, tendo sido nomeados 1.907 profissionais, o que demonstra a rotatividade de 306 servidores, ocorrida ainda durante o período de validade do concurso e acentuada após o término do processo seletivo.

3.10. Em 2013, o Hospital das Forças Armadas foi autorizado a realizar a contratação temporária de médicos para minimizar a evasão de profissionais sofrida até então. Em virtude da baixa remuneração praticada pelo HFA, das 106 vagas ofertadas, 27 candidatos concorreram à seleção e apenas 06 firmaram contrato com o HFA. Em 2016 todos os contratos já haviam sido rescindidos.

3.11. Em 2014 foi autorizado novo certame para contratação de 325 profissionais, com vistas a repor parte das vacâncias ocorridas nos cargos da atividade finalística da Unidade. O concurso foi prorrogado permanecendo vigente até fevereiro de 2019. Para as 325 vagas ofertadas, foram nomeados apenas 287 profissionais. Dos 150 cargos de médico, apenas 83 foram preenchidos, por falta de interesse dos candidatos.

3.12. Em 11 de janeiro de 2017, por meio do Ofício nº 543/S Seç Sel Rec Trm HFA/Div Pes Civ HFA/DRH HFA/Cmt Log - HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, em que pese a possibilidade de prorrogação de concurso até fevereiro de 2019, o HFA reiterou questionamentos quanto à possibilidade de autorização de novas contratações para os cargos em que não mais houvesse cadastro reserva, tendo em vista o esgotamento da fila de espera em diversas especialidades, em função da baixa atratividade aos candidatos eventualmente aprovados.

3.13. O Hospital solicitou ainda, em 22 de novembro de 2017, por meio do Ofício nº 23818/S Div Pes Civ HFA/Div RH HFA/Cmt Log - HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, a ampliação das vagas do concurso de 2014, em até 50% do número de cargos autorizados no certame original, com vistas a possibilitar a convocação e nomeação de candidatos para os cargos em que ainda houvesse fila de espera, conforme previsão contida no artigo 11 do Decreto nº 6.944 de 21 de agosto de 2009, porém, a solicitação foi negada.

3.14. Em 2018, o HFA protocolou solicitação de inclusão de concurso público no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA do exercício de 2019, para o provimento de 150 vagas, conforme processo SEI nº 60550.011626/2018-84. Entretanto, em abril de 2019, o processo foi restituído pelo Ministério da Economia, por meio do Ofício nº 19569/2019/DICOP-SGP/MP, de 8 de abril de 2019, solicitando reavaliação da conveniência da proposta e, em caso de permanência no interesse pela realização do concurso, a reapresentação do pedido para o exercício de 2020, nos moldes estabelecidos pelo Decreto nº 9.739/2019.

3.15. Em 2019, o Hospital apresentou novo pedido, nos moldes do Decreto nº 9.739/2019, para o provimento de 350 vagas, conforme processos SEI nº 60550.014878/2019-46 e nº 19975.126657 (Solicitação nº 76-2019 - Módulo Seleção de Pessoas). Entretanto, em 01/11/2019, o Ministério da Economia se manifestou, por intermédio do ofício SEI nº 54614/2019/ME, expedido pela Secretaria de Gestão e desempenho de pessoal, pela impossibilidade de atendimento do pedido, tendo os autos do processo sido restituídos ao HFA em 11/11/2019, com as seguintes considerações:

3.16. "A presente restituição se justifica tendo em vista que as atuais diretrizes do Poder Executivo Federal apontam pela impossibilidade de autorização de novos concursos públicos em face da atual situação fiscal do país, o que limita a atuação da Administração em ações que acarretam impactos orçamentário-financeiros de longo prazo, especialmente aquelas despesas relativas a custeio de pessoal".

3.17. Ressalta-se que dos 96 cargos ofertados para atividades específicas de UTI, no período de 2009 a 2014, apenas 57 permaneceram ocupados.

3.18. Em reunião do Conselho Consultivo, do HFA, ocorrida em 2016, definiu-se que seria prioritário que o HFA restabelecesse a sua capacidade de atendimento em UTI. Entretanto a proposta de PL que trata sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares das FFAA tem como um de seus reflexos a redução de efetivos militares, inviabilizando o recompletamento de RH necessário a diversas atividades do HFA, entre elas a abertura de leitos de UTI.

3.19. Ressalta-se, ainda, que para o funcionamento da UTI, faz-se necessário garantir diversos serviços à beira leito, conforme preconiza o artigo 18, da Resolução - RDC Nº 07, de 24 de fevereiro de 2010, da ANVISA. Entre eles a assistência nutricional, a terapia nutricional, assistência farmacêutica, assistência fonoaudiológica, assistência psicológica, assistência odontológica, assistência social e suporte administrativo para a aquisição de material médico-hospitalar, insumos e manutenção de equipamentos.

3.20. Tal medida se justifica em virtude da ocupação anual de leitos de UTI em Clínicas em Hospitais credenciados e do custo médio, bem superior aos custos da internação no HFA.

3.21. Assim a contratação de Empresa especializada para operar até 30 (trinta) leitos de UTI é essencial ao princípio da continuidade do serviço público, que guarda estreita relação com o princípio da supremacia do interesse público, cujos ditames preveem que o serviço público como atividade de interesse coletivo não deve sofrer discontinuidades totais ou parciais, sob pena de acarretar prejuízos aos usuários do sistema de saúde das Forças Armadas, bem como trazer economia para o paciente e promover um melhor atendimento ao usuário.

3.22. Verifica-se em todo o país o agravamento simultâneo de diversos indicadores, como o crescimento do número de casos e de óbitos, a manutenção de níveis altos de incidência de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), a alta positividade de testes e a sobrecarga dos hospitais. Especificamente no HFA temos vivenciado cenário de altas taxas de ocupação de UTI, já



**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART.24 - § 1º - III):**

- 4.1. A contratada será responsável pelo acolhimento e admissão dos pacientes até a alta dos mesmos do ambiente da UTI, fornecendo os insumos necessários ao atendimento aos pacientes, tais como medicamentos, material hospitalar e dietas industrializadas.
- 4.2. A contratada ficará responsável pela manutenção dos aparelhos que ficarão sob sua guarda quando da operação dos leitos, substituindo os mesmos no caso de dano ou quebra dos aparelhos.
- 4.3. A contratada deverá disponibilizar postos necessários ao funcionamento de vinte leitos de UTI, atendendo aos parâmetros estabelecidos por meio da Resolução – RDC nº 07, de 24 de fevereiro de 2010 e redações dadas pelas Resoluções – RDC Nº 26, de 11 de maio de 2012 e RDC N° 137, de 8 de fevereiro de 2017.
- 4.4. Os profissionais deverão possuir as habilitações exigidas e estarem disponíveis na UTI, de acordo com o normativo citado acima.
- 4.5. Abaixo especifica-se os profissionais essenciais à assistência a toda UTI, com a qualificação desejável que a Contratada ficará responsável por garantir, visando manter a qualidade dos atendimentos na UTI do HFA:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Qualificação (Cursos/Titulação)</b>
Médico Responsável Técnico	Título de Especialista, em medicina intensiva emitido pela AMIB, para atuação em UTI Adulto
Médico Diarista/Rotineiro	Título de Especialista, em medicina intensiva emitido pela AMIB, para atuação em UTI Adulto
Médico Plantonista	Experiência comprovada em UTI, residência ou Pós Graduação em Clínica Médica, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Cardiologia, Nefrologia e Pneumologia.
Cirurgião-Dentista	Registro no Conselho, com a especialização em Odontologia Hospitalar.
Enfermeiro coordenador	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título.
Enfermeiro Rotineiro	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título, com experiência na atividade no mínimo de 1 (um) ano.
Enfermeiro Plantonista	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título, com experiência na atividade no mínimo de 1 (um) ano.
Assistente Social	Registro no Conselho
Médico Infectologista	Residência médica em infectologia; especialização em CCIH
Enfermeiro de CCIH	Especialização em CCIH; experiência comprovada em CCIH
Nutricionista	Formação em nutrição, com especialização de nutrição clínica.
Fisioterapeuta Coordenador	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada a Fisioterapia Respiratória e assistência ao paciente grave, comprovada por título.
Fisioterapeuta Plantonista	Registro no Conselho com experiência comprovada em Fisioterapia Respiratória (UTI)
Fonoaudiólogo	Registro no Conselho, com experiência profissional em UTI de no mínimo 6 (seis) meses.
Farmacêutico Clínico	Com especialização em Farmácia Clínica, na proporção de 1 (um) para 15 (quinze) Leitos.
Técnico de Farmácia	Registro no Conselho
Psicólogo	Registro no Conselho
Técnicos de Enfermagem	Registro no Conselho. Com experiência profissional em UTI de no mínimo 6 (seis) meses.
Técnico de Laboratório	Com experiência de 6 (seis) meses em Unidade de Terapia Intensiva (UTI)

4.6. Todos os profissionais que atuarão na UTI deverão estar imunizados contra tétano, difteria, hepatite B e outros imunobiológicos, de acordo com a NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde estabelecida pela Portaria MTE/GM n.º 485, de 11 de novembro de 2005.

4.7. A contratada deverá certificar-se da atualização dos profissionais indicados, em relação a normas e rotinas técnicas desenvolvidas na unidade; incorporação de novas tecnologias; gerenciamento dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas na unidade e segurança de pacientes e profissionais; e prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.

4.8. A qualquer tempo a contratada poderá ser solicitada a apresentar certificado dos cursos e atualizações dos profissionais por ela escolhidos para atuar na UTI.

4.9. A contratada deve garantir que os pacientes dos leitos sob a responsabilidade de seus profissionais recebam assistência integral e interdisciplinar.

4.10. Todo paciente internado em UTI deve ser avaliado quanto ao seu estado clínico em todos os turnos e nas intercorrências clínicas pelas equipes médica, de enfermagem e de fisioterapia, com registro legível, assinado e datado em prontuário.

4.11. As assistências nutricional, farmacêutica, psicológica, fonoaudiológica, de assistência social e de terapia ocupacional devem estar integradas às demais atividades assistenciais prestadas ao paciente, quando necessário.

4.12. A avaliação de outros profissionais envolvidos na assistência ao paciente quando realizada, deve ser registrada, assinada e datada em prontuário, de forma legível.

4.13. A equipe da UTI deve proceder ao uso racional de antimicrobianos, estabelecendo protocolos de forma interdisciplinar com as equipes de Controle de Infecção e de Farmácia Hospitalar.

4.14. A equipe da UTI deve monitorar e manter registros dos eventos sentinela que possam indicar a má qualidade da assistência, tais como extubação acidental, perda de cateter venoso e úlceras de pressão e estabelecer medidas de controle ou redução dos mesmos.

4.15. A contratada **NÃO SERÁ** responsável pelas terapias médicas prestadas por outras equipes de especialistas, como: Hemodinâmica, Hemoterapia e Terapia Renal Substitutiva, mesmo que prestadas na UTI, ficando as equipes do HFA responsáveis por tais terapias.

**5. NORMAS E ROTINAS**

5.1. O HFA disporá de registro das normas institucionais e das rotinas dos procedimentos assistenciais e administrativos realizados na unidade, em comum acordo entre a contratada e o hospital, as quais devem ser:

5.1.1. Elaboradas em conjunto com os setores envolvidos na assistência ao usuário grave, no que for pertinente, em especial com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar

5.1.2. Aprovadas e assinadas pelo Responsável Técnico

5.1.3. A contratada deverá informar todos os eventos adversos ao NQSP

5.1.4. As coletas deverão ser realizadas pela contratada e as amostras para exames laboratoriais deverão ser entregues ao LAC/HFA pela contratada.

5.1.5. CME: as roupas de uso na UTI deverão ser fornecidas pela contratada e esterilizada no CME/HFA.

5.1.6. A Contratada deve ter 1 (um) bandeja de pulsão para cada leito de UTI e, no mínimo, 15 (quinze) bandejas de procedimentos. Essas bandejas serão esterilizadas no CME/HFA.

5.1.7. A lavagem das roupas da contratada ficará sob responsabilidade da contratada ou, realizadas na lavanderia/HFA, sob pagamento por parte da contratada.

**6. HUMANIZAÇÃO**

6.1. Considerando que a humanização é uma das políticas prioritárias do Ministério da Saúde, as práticas de atenção e gestão humanizada deverão presidir as relações entre usuário e os profissionais que o atendem objetivando este fim.

6.2. Caberá à equipe multiprofissional o fornecimento de orientações aos familiares e aos usuários, nos horários de visita ou quando couber, em linguagem clara, sobre o estado de saúde e assistência a ser prestada desde a admissão até a alta.

6.3. O responsável legal pelo paciente deve ser informado sobre as condutas clínicas e procedimentos a que o mesmo será submetido.

6.4. O desempenho das atividades do objeto contratado deverão estar devidamente regulamentada em seus respectivos conselhos de classe e de acordo com as demais normas pertinentes.

## 7. RECURSOS HUMANOS

7.1. A CONTRATADA deverá recrutar, selecionar, contratar e fornecer todos os profissionais componentes da equipe multiprofissional da Unidade de Terapia Intensiva, sempre de acordo com a regra estabelecida pela RDC ANVISA nº 07/2010, RDC ANVISA nº 26/2012 e demais normativos legais que regem a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

7.2. Com vistas às regras estabelecidas na RDC ANVISA nº 07/2010 e RDC ANVISA nº 26/2012, ou equivalente e outras legislações pertinentes, será formalmente designado um coordenador médico, um enfermeiro coordenador da equipe de enfermagem e um fisioterapeuta coordenador da equipe de fisioterapia, assim como seus respectivos substitutos, na razão de um coordenador para cada 10 leitos de UTI.

7.3. O coordenador médico designado deverá ter título de especialista em medicina intensiva, fornecido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira - AMIB, para responder pela UTI Geral Adulto Tipo II.

7.4. Os coordenadores de enfermagem e de fisioterapia devem ser especialistas em terapia intensiva ou em outra especialidade relacionada à assistência ao usuário grave, específica para a modalidade de atuação.

7.5. O médico diarista/rotineiro deverá estar disponível na razão de um para cada dez leitos ou fração, no turno matutino. É imperativo que título de especialista em medicina intensiva, fornecido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira - AMIB para atuação nesta função.

7.6. Os médicos plantonistas, enfermeiros assistenciais e fisioterapeutas assistenciais deverão estar disponíveis na razão mínima de um para cada dez leitos ou fração, em cada turno, durante as 24 horas do dia, 7 dias na semana.

7.7. Técnicos de enfermagem serão disponibilizados na razão mínima de um para cada dois leitos, em cada turno durante as 24 horas do dia, 7 dias na semana.

7.8. Deverá ser disponibilizado também um farmacêutico exclusivo para a unidade, responsável pela dispensação e manutenção do estoque de medicamentos e materiais da UTI.

7.9. Médicos plantonistas, enfermeiros assistenciais, fisioterapeutas e técnicos de enfermagem estarão disponíveis em tempo integral para assistência aos usuários internados na UTI, durante o horário em que estão escalados para atuação na mesma.

## 8. PROTOCOLOS CLÍNICOS:

8.1. As diretrizes clínicas / protocolos clínicos constituem importante ferramenta para tornar as condutas de assistência aos usuários mais homogênea e de melhor qualidade científica. A CONTRATADA deverá apresentar para fins de Assinatura do Contrato, conforme estabelecido na deste Termo de Referência/Projeto Básico, e a qualquer tempo, segundo demanda da CONTRATANTE, os seguintes protocolos clínicos atualizados:

8.2. H1N1 / COVID-19 / Síndromes gripais graves em geral;

8.3. Parada cardiorrespiratória;

8.4. Ventilação não invasiva;

8.5. Padronização do desmame de ventilação mecânica;

8.6. Sedação e analgesia em UTI;

8.7. Profilaxia de hemorragia digestiva;

8.8. Controle da dor;

8.9. Úlcera por pressão;

8.10. Prevenção de pneumonia associada à ventilação;

8.11. Sepsis;

8.12. TVP/TEP;

8.13. Acesso Venoso Central;

8.14. Cetoacidose Diabética;

8.15. Infarto agudo do miocárdio;

8.16. Angina estável e instável;

8.17. Arritmias;

8.18. Edema agudo de pulmão;

8.19. H1n1;

8.20. Intoxicação exógena;

8.21. Acidente Vascular Cerebral;

8.22. SARA;

8.23. POP's de cada categoria funcional

## 9. INDICADORES DE QUALIDADE

9.1. A equipe da UTI deverá atuar sempre com foco no uso racional de antimicrobianos e insumos, estabelecendo normas e rotinas de forma multidisciplinar e em conjunto com a CCIH, Farmácia Hospitalar, Almoarifado e Laboratório de Microbiologia.

9.2. Serão monitorados e mantidos registros de avaliações do desempenho e do padrão de funcionamento global da UTI, assim como de eventos que possam indicar necessidade de melhoria da qualidade da assistência com o objetivo de estabelecer medidas de controle ou redução dos mesmos.

9.3. Dentro das primeiras 24 horas de internação será calculado e registrado o Score de Gravidade dos usuários internados na UTI por meio de um Sistema de Classificação de Severidade de Doença recomendado por literatura científica especializada. Com base neste score, será determinado o índice de mortalidade esperado para estes pacientes.

9.4. O Coordenador Médico da UTI deverá correlacionar a mortalidade geral de sua unidade com a mortalidade geral esperada, de acordo com o Índice de gravidade utilizado.

9.5. Devem ser monitorados os indicadores mencionados na Instrução Normativa nº 4, de 24 de Fevereiro de 2010, da ANVISA, bem como por outro instrumento normativo que regula a CONTRATANTE.

9.6. Estes dados deverão estar em local de fácil acesso e ser disponibilizados à Vigilância Sanitária durante a inspeção sanitária e/ou à CONTRATANTE quando por esta solicitado.

9.7. Os usuários internados na UTI devem ser avaliados por meio de um Sistema de Classificação de Necessidades de Cuidados de Enfermagem recomendado por literatura científica especializada.

9.8. O Enfermeiro coordenador da UTI deverá correlacionar as necessidades de cuidados de enfermagem com o quantitativo de pessoal disponível, de acordo com o instrumento de medida utilizado.

9.9. Os registros de qualidade estatísticas desses dados devem ser apresentados mensalmente a CONTRATADA, em reuniões específicas para este fim.

9.10. Na monitorização e no gerenciamento de risco, a equipe da UTI deve:

9.11. Definir e monitorar indicadores de avaliação da prevenção ou redução dos eventos adversos pertinentes à unidade;

9.12. Coletar, analisar, estabelecer ações corretivas e notificar eventos adversos e queixas técnicas, conforme determinado pelo órgão sanitário competente, devendo ser notificados à gerência de risco ou outro setor definido pela instituição, de acordo com as normas institucionais.

## 10. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

10.1. A CONTRATADA deverá implementar soluções inovadoras de tecnologia que ampliem a segurança e conforto dos pacientes em acordo com os requisitos mínimos a seguir:

10.2. Prontuário Eletrônico, com armazenamento dos dados em nuvem, hospedado em data center com disponibilidade mínima de 99,9% e espelhamento do banco de dados em um segundo data center com os mesmos requisitos técnicos, que permita a recuperação dos dados em caso de desastres;

10.3. Para garantir a segurança dos dados o prontuário deve permitir o cadastramento de usuários com controle de nível de acesso através de senhas de segurança, as quais deverão ser criptografadas no banco de dados. A comunicação entre Cliente e Servidor deverá ocorrer via conexão criptografada e utilizando protocolo SSL / HTTPS;

10.4. A plataforma deverá permitir auditoria automática das operações efetuadas e utilização por parte dos usuários da mesma através de logs de acesso, de modo que seja possível identificar claramente as atividades de consulta de qualquer informação, qualquer módulo, inclusive às relativas a administração da solução de qualquer usuário, indistintamente, inclusive administradores.

10.5. Implantar ferramentas de inteligência nos dados gerados no atendimento aos seus beneficiários, que seja capaz de analisar o conjunto de dados e realizar previsões assertivas sobre riscos de doenças, permitindo a intervenção precoce e redução da mortalidade;

10.6. Deverá ser oferecido, sem majoração de custo, o treinamento para servidores do HFA para uso da plataforma tecnológica, além de suporte técnico, manutenção e evolução permanente desta;

10.7. A contratada deverá disponibilizar para os gestores do Hospital das Forças Armadas, o acompanhamento em tempo real dos indicadores sugeridos pela Contratante, por meio de uma plataforma de Business Intelligence – B.I.

**11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (ART.24 - § 1º - IV):**

11.1. A contratação de empresa especializada para operar até 30 leitos de UTI, recebendo por leito ocupado, proporcionará uma economia aos fundos de saúde das três forças, assim como economia aos usuários que pagam 20% dos custos do tratamento. Pois o custo médio da ocupação de um leito de UTI em organizações civis de saúde é de aproximadamente R\$ 6.000,00 (seis mil) reais por dia, enquanto o custo de internação no HFA é de no máximo R\$ 3.000,00 (três mil) reais.

11.2. O número de baixados por dia da Marinha e Exército na rede conveniada nos últimos anos, conforme tabela abaixo, ressalta-se que não foi possível obter os dados da Aeronáutica:

Ano	Marinha				Exército			
	Total diárias	Total Pago	Média de Internação dia	Pago por diária (Média)	Total diárias	Total Pago	Média de Internação dia	Pago por diária (Média)
2014	1.087	R\$5.249.462,83	2,97	R\$4.829,31	6.090	R\$25.578.000,00	16,68	R\$4.200,00
2015	1.266	R\$5.753.464,15	3,46	R\$4.544,60	8.310	R\$47.367.000,00	22,76	R\$5.700,00
2016	1.429	R\$11.886.748,49	3,91	R\$8.318,22	7.890	R\$44.504.000,00	21,61	R\$5.649,00
2017	1.438	R\$6.968.199,23	3,93	R\$4.845,75	7.590	R\$42.504.000,00	20,79	R\$5.600,00
2018	1.178	R\$6.575.389,00	3,22	R\$5.581,82	6.390	R\$36.103.500,00	17,5	R\$5.650,00

11.3. Observa-se abaixo um quadro com os custos de pacientes internados na UTI do HFA, sendo que eles foram divididos em quatro graus de complexidade;

Paciente	Custo/Dia	Custo/Ano	Custo X 10 leitos
A	R\$2.675,10	R\$976.411,50	R\$9.764.115,00
B	R\$1.698,09	R\$619.802,85	R\$6.198.028,50
C	R\$1.345,47	R\$491.096,55	R\$4.910.965,50
D	R\$520,87	R\$190.117,55	R\$1.901.175,50

11.4. O paciente "A", é o tipo de paciente de maior gravidade a ocupar o leito da UTI, sendo o custo por dia cerca de 30% do que é gasto na rede privada, os pacientes da categoria "B" e "C", são os pacientes de pós operatório ou que sofreu alguma complicação por exemplo, com custos bem abaixo da rede privada. Já o paciente "D" é aquele que foi levado a UTI por uma precaução.

11.5. Ressalta-se que os dados foram estimados com base em contas hospitalares dos tipos de pacientes citados, efetivamente cobrado das forças Armadas.

11.6. Assim comparando os gastos das três forças com internações com o gasto na UTI do HFA, verifica-se uma diminuição nos gastos. mesmo sabendo-se que a contratação de empresa especializada para operar os leitos de UTI elevem o custo dia do paciente no HFA, ainda sim, a abertura dos 30 leitos de UTI se demonstra como essencial para a saúde dos fundos das três forças, e ampliação da capacidade operacional do HFA.

11.7. Considerando uma estimativa dos salários dos profissionais necessários para operar leitos de UTI somando-se aos custos estimados de insumos gastos nos mesmos, obter-se uma base aceitável para a pesquisa de preços e verificação de possíveis interessados na operação dos leitos. Dessa forma, demonstra-se abaixo a memória de cálculo para a contratação:

11.8. Estimativa do custo dos profissionais baseados na tabela de remuneração do Hospital de Base, sem considerar décimo terceiro, férias e custo do profissional ausente:

Ord	Categoria Profissional	Salário-base (R\$)	Custo total unitário (R\$)	Quantidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)	CBO	Gratificação (35%)	Adicional Noturno (20%)
1	Médico Responsável Técnico	20.242,50	27.327,38	1	27.327,38	327.928,50	2231-04	7.084,88	0,00
2	Médico Diarista Rotineiro	20.242,50	20.242,50	4	80.970,00	971.640,00	2231-05	0,00	0,00
3	Médico Plantonista (DIURNO)	17.913,60	17.913,60	2	35.827,20	429.926,40	2231-05	0,00	0,00
4	Médico Plantonista (NOTURNO)	17.913,60	21.496,32	2	42.992,64	515.911,68	2231-06	0,00	3.582,72
5	Cirurgião-Dentista Responsável Técnico	4.522,25	6.105,04	2	12.210,08	146.520,90	2231-07	1.582,79	0,00
6	Enfermeiro coordenador	8.155,09	11.009,37	2	22.018,74	264.224,92	2231-08	2.854,28	0,00
7	Enfermeiro Rotineiro	4.375,36	4.375,36	2	8.750,72	105.008,64	2231-09	0,00	0,00
8	Enfermeiro Plantonista	4.375,36	4.375,36	4	17.501,44	210.017,28	2231-10	0,00	0,00
9	Assistente Social (30 H)	3.252,01	3.252,01	1	3.252,01	39.024,12	2231-11	0,00	0,00
10	Nutricionista	3.783,92	3.783,92	4	15.135,68	181.628,16	2231-12	0,00	0,00
11	Fisioterapeuta Responsável Técnico	4.701,86	6.347,51	1	6.347,51	76.170,13	2231-13	1.645,65	0,00

12	Fisioterapeuta (Diurno)	Plantonista	4.701,86		4.701,862	9.403,72	112.844,64	2231-130,00		0,00
13	Fisioterapeuta (Noturno)	Plantonista	4.701,86		5.642,232	11.284,46	135.413,57	2231-140,00		940,37
14	Fonoaudiólogo		5.448,19		5.448,191	5.448,19	65.378,28	2231-150,00		0,00
15	Farmacêutico (Diurno)		4.701,73		4.701,731	4.701,73	56.420,76	2231-150,00		0,00
16	Farmacêutico (Noturno)		4.701,73		4.701,731	4.701,73	56.420,76	2231-160,00		0,00
17	Técnico de Farmácia (Diurno)		2.757,40		2.757,402	5.514,80	66.177,60	2231-160,00		0,00
18	Técnico de Farmácia (Noturno)		2.757,40		3.308,882	6.617,76	79.413,12	2231-170,00		551,48
19	Psicólogo		3.783,93		3.783,931	3.783,93	45.407,16	2231-180,00		0,00
20	Técnicos de Enfermagem (Diurno)		2.566,27		2.566,276	15.397,62	184.771,44	3722-040,00		0,00
21	Técnicos de Enfermagem (Noturno)		2.566,27		3.079,526	18.477,14	221.725,73	3722-050,00		513,25
PREÇO ESTIMADO SEM ENCARGOS			148.164,69		166.920,1149		357.664,48	4.291.973,78-		
PREÇO ESTIMADO DOS ENCARGOS			54.524,61		61.426,6049		131.620,53	1.579.446,35-		
<b>PREÇO ESTIMADO COM ENCARGOS</b>			<b>202.689,30</b>		<b>228.346,7149</b>		<b>489.285,01</b>	<b>5.871.420,14-</b>		

11.9. Demonstra que mesmo nesse valor há considerável economia de recursos as três forças armadas. Dessa forma, a seleção dos pacientes que ocuparão a UTI sob a administração da contratada ficará a cargo da DTS, que manterá os pacientes de menor grau de gravidade nos 10 leitos operados pelo HFA, ficando os pacientes de maior gravidade por conta da contratada para justificar os gastos.

12. **LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.24 - § 1º - V):**  
12.1. Atualmente, o HFA possui empresa contratada prestando o serviço conforme a solução escolhida (60550.011748/2020-95). Dada à alta taxa de ocupação de leitos de UTI, à inexistência de indicador de regressão desta e ao fato de que o atual contrato não pode ser prorrogado, esta solução apresenta-se como a mais adequada à necessidade desta Administração.

13. **ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (ART.24 - § 1º - VI):**  
13.1. O custo estimado da operação dos 30 leitos pelo HFA, seria de R\$ 2.848,50(3372950) por leito, por dia.  
13.2. Considerando o custo médio do ano de 2018, do atendimento de leitos por dia na rede privada de aproximadamente R\$ 5.650,00. A contratação de empresa especializada para operar 30 leitos de UTI, atende ao princípio da economicidade.  
13.3. Assim o custo máximo, estimado, da contratação seria de R\$ 15.381.900,00 , Sabendo-se que não foi considerado que por ocasião do certame possa ocorrer redução de valores nas propostas das concorrentes..

14. **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO (ART.24 - § 1º - VIII):**  
14.1. O parcelamento não se demonstra viável, em virtude da dificuldade de responsabilização e apuração de qualidade dos serviços caso seja realizado a contratação de várias pessoas jurídicas e/ou física.  
14.2. Importante destacar a impossibilidade de credenciar-se pessoa física para os postos, em virtude da necessidade de continuidade das atividades na UTI e não interrupção de tratamento. Dessa forma ao credenciar pessoa jurídica, a contratada se responsabiliza por manter os postos independente de doenças, férias e afastamentos dos profissionais necessários ao funcionamento da UTI.

15. **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.24 - § 1º - IX) :**

15.1. O número de baixados por dia da Marinha, Exército e Aeronáutica na rede conveniada nos últimos anos, conforme tabela abaixo:

Ano	Marinha				Exército			
	Total diárias	Total Pago	Internação dia	Pago por diária	Total diárias	Total Pago	Internação dia	Pago por diária
2014	1.087	R\$ 5.249.462,83	2,97	R\$ 4.829,31	6.090	R\$ 25.578.000,00	16,68	R\$ 4.200,00
2015	1.266	R\$ 5.753.464,15	3,46	R\$ 4.544,60	8.310	R\$ 47.367.000,00	22,76	R\$ 5.700,00
2016	1.429	R\$ 11.886.748,49	3,91	R\$ 8.318,22	7.890	R\$ 44.504.000,00	21,61	R\$ 5.649,00
2017	1.438	R\$ 6.968.199,23	3,93	R\$ 4.845,75	7.590	R\$ 42.504.000,00	20,79	R\$ 5.600,00
2018	1.178	R\$ 6.575.389,00	3,22	R\$ 5.581,82	6.390	R\$ 36.103.500,00	17,50	R\$ 5.650,00

15.2. Observando-se o quadro acima verifica-se que o custo com internação em UTI na Marinha e Exército foi de R\$ 42.678.889,00 (quarenta e dois milhões, seiscentos e setenta e oito e oitocentos e oitenta e nove reais) considerando a estimativa de R\$ 2.848.50 por leito por dia na UTI perfazendo um total de R\$ 15.381.900,00 (quinze um milhões, trezentos e oitenta e um mil e novecentos Reais), para 30 leitos num período de 180 dias. Dessa forma, percebe-se uma provável economia de recursos , comparando-se o custo da contratação com o despendido no ano de 2018.

15.3. Observa-se que na fase competitiva a economia poderá ser maior.

15.4. A CONTRATADA deverá manter preposto junto ao HFA, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, que deverá ser indicado mediante declaração, na qual deverá constar o nome completo, nr. do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

15.5. O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à operacionalização dos leitos do contrato relativos à sua competência.

- 15.6. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
- 15.7. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

16. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.24 - § 1º - XII):**

- 16.1. A contratação demonstra ser plenamente viável, em virtude da economia e observação de contratações similares no setor privado. Dessa forma, fica demonstrado que há no mercado empresas com a expertise necessária para fornecimento do Objeto deste estudo. Ressalta-se o esforço para atendimento do preceito constitucional onde a Saúde e dever do Estado e direito do cidadão, ampliando o atendimento ao usuário proporcionando economicidade aos fundos de saúde que poderão ampliar os serviços em outras demandas.
- 16.2. Ressalta-se ainda, que esta contratação não substitui os efetivos da atividade fim, complementando serviços e atividades que são demandas reprimidas deste nosôcio.

A Equipe de Planejamento da Contratação declara o presente estudo preliminar viável do ponto de vista técnico, comercial e econômico, desde que sejam adotadas as premissas e conclusões descritas neste documento conforme preconizado na IN. 05/2017 SETIC/MPDG.

17. **RESPONSÁVEIS**

DIVISÃO	REQUISITANTE
De acordo:	Solicitado:
<b>MANOEL NASCIMENTO AQUINO - Cel EB</b> Chefe da Divisão de Medicina CPF: 444.870.610-91	
<b>DIRETORIA ENQUADRANTE</b>	
Ratifico:	
<b>SÉRGIO AUGUSTO MONTEIRO PINHEIRO - Cel EB</b> Diretor Técnico de Saúde CPF: 456.770.001-59	
<b>AUTORIDADE COMPETENTE</b>	
Aprovo:	
<b>KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel EB R1</b> Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas CPF: 021.332.057-64	



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Domingos de Araújo Medeiros, Auxiliar**, em 01/04/2021, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Kladson Taumaturgo Farias, Ordenador(a) de Despesas**, em 01/04/2021, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ferraz, Chefe**, em 01/04/2021, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Nascimento Aquino, Chefe**, em 01/04/2021, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Augusto Monteiro Pinheiro, Respondendo pela Direção**, em 01/04/2021, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **3408770** e o código CRC **4B521E72**.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO HFA N° \_\_\_\_\_/2021**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

**TERMO DE CONTRATO N° \_\_\_\_/2020-  
HFA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO HOSPITAL DAS FORÇAS  
ARMADAS (HFA) E A EMPRESA**

---

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dezesseis, compareceram, de um lado a UNIÃO, por intermédio do HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (HFA), inscrito no CNPJ/MF n° 03.568.867/0001-36, com sede em Brasília-DF, na Estrada Contorno do Bosque S/N°, Cruzeiro Novo, CEP: 70.658-900, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_ - Ordenador de Despesas, designado pelo Boletim Interno n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade Militar n.º \_\_\_\_\_, expedida pelo Comando do \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa, \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede no \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, que apresentou procuração designando, neste ato, como representante legal o senhor \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG n.º \_\_\_\_\_ e inscrito do CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 60550.007190/2021-24** e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação n.º n.º ...../20....**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Contratação do Serviço, em caráter emergencial, sob demanda, de operacionalização de leitos de UTI com gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra especializada, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de **até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)** para a Diretoria Técnica de Saúde do Hospital das Forças Armadas (HFA), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	UNID	VALOR UNITÁRIO INICIAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra, recursos materiais,	12920	5.400	SV	x-x-x-x	x-x-x

insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)

1.2. O Quadro de Pessoal será conforme quadro abaixo:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Qualificação/Habilitação (Cursos/Titulação)</b>
Médico Responsável Técnico	Com Especialização, em medicina intensiva emitido pela AMIB, para atuação em UTI Adulto
Médico Diarista/Rotineiro	Com especialização, em medicina intensiva emitido pela AMIB, para atuação em UTI Adulto
Médico Plantonista	Experiência comprovada em UTI, residência ou Pós Graduação em Clínica Médica, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Cardiologia, Nefrologia e Pneumologia.
Cirurgião-Dentista	Registro no Conselho, com a especialização em Odontologia Hospitalar.
Enfermeiro coordenador	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título.
Enfermeiro Rotineiro	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título, com experiência na atividade no mínimo de 1 (um) ano.
Enfermeiro Plantonista	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, comprovada por título, com experiência na atividade de no mínimo de 1 (um) ano.
Assistente Social	Registro no Conselho
Médico Infectologista	Residência médica em infectologia; especialização em CCIH
Enfermeiro de CCIH	Especialização em CCIH; experiência comprovada em CCIH
Nutricionista	Formação em nutrição, com especialização de nutrição clínica.
Fisioterapeuta Coordenador	Com especialização em Terapia Intensiva ou outra especialidade relacionada a Fisioterapia Respiratória e assistência ao paciente grave, comprovada por título.

Fisioterapeuta Plantonista	Registro no Conselho com experiência comprovada em Fisioterapia Respiratória (UTI)
Fonoaudiólogo	Registro no Conselho, com experiência profissional em UTI de no mínimo 6 (seis) meses.
Farmacêutico Clínico	Com especialização em Farmácia Clínica, na proporção de 1 (um) para 15 (quinze) Leitos.
Técnico de Farmácia	Registro no Conselho
Psicólogo	Registro no Conselho
Técnicos de Enfermagem	Registro no Conselho. Com experiência profissional em UTI de no mínimo 6 (seis) meses.
Técnico de Laboratório	Com experiência de 6 (seis) meses em Unidade de Terapia Intensiva (UTI)

1.3. Todos os profissionais selecionados deverão estar regularmente em seu respectivo Conselho.

1.4. O objeto desta Contratação tem natureza de serviço comum de gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de **até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)**.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**, pois os preços estão fixados por Unidade determinada, visto que estes serviços podem ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

1.7. O contrato terá vigência pelo período de **até 180 (cento e oitenta) dias**, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações

1.8. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Dispensa de Licitação e a Proposta Comercial da Contratada, identificado no preâmbulo acima, independentemente de transcrição.

1.9. O objeto da contratação tem a natureza de SERVIÇO COMUM e destina-se a atender situação de emergência de atendimento de pessoas devido a pandemia do CORONAVIRUS.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **até 180 (cento e oitenta) dias**, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., **não admitindo-se prorrogação**.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

4.1.1. Gestão/Unidade: 00001



4.1.2. Fonte: 0118

4.1.3. Programa de Trabalho:

4.1.4. Elemento de Despesa: 33.90.39 - 50 (SERVIÇOS MÉDICOS, HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS)

4.1.5. PI: não se aplica

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. **Recebimento Provisório** – recebimento provisório se dará em até 10 (dez) dias corridos, após a entrega do relatório, enviado até o 5º dia útil do mês subsequente pela empresa, descrevendo, caso haja, os serviços executados no mês.

5.2. **Recebimento Definitivo** - Após o recebimento provisório, será verificado se está de acordo com as especificações contidas neste termo, e caso aprovado será dado o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias corridos, procedendo com o pagamento.

5.3. A Nota Fiscal/Fatura para pagamento deverá estar em conformidade com as especificações constantes deste Projeto e seus Anexos, com os quantitativos efetivamente executados, e devidamente atestada pela equipe de gerenciamento do contrato designada para tal fim.

5.4. A (s) Nota (s) Fiscal (s)/Fatura (s) deverá (ao) ser emitida (s) em nome do Hospital das Forças Armadas (UASG 112408), sediado(a) Setor HFA, S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900.

5.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária em favor da CONTRATADA, ficando estabelecido que a ordem bancária se constituirá para o HFA, em documento hábil, comprobatório da quitação das obrigações.

5.6. Havendo identificação na (s) Nota (s) Fiscal (is)/Fatura (s) de cobrança indevida, o fato será informado à CONTRATADA e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida e atestada pelo gestor do contrato.

5.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8. O HFA poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

5.9. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurarem pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual.

5.10. Caberá reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, hipótese que pressupõe evento extraordinário que impacte significativamente nos parâmetros negociais da avença, sendo, neste caso, instrumentalizado via aditamento, mediante requerimento próprio ao Senhor Ordenador de Despesas.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis devido o contrato ter previsão legal de duração de até 180 (cento e oitenta) dias.

6.2. Caberá o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em situações tais que pressuponham evento extraordinário que impacte significativamente nos parâmetros negociais da avença, sendo, neste caso, instrumentalizado via aditamento.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.3. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

7.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

7.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

7.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.13. Será considerada extinta a garantia:

7.13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.13.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.

7.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.15. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico.

7.16. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Estudo Técnico Preliminar e no Projeto Básico, anexo ao Processo.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no previsto no Estudo Técnico Preliminar e no Projeto Básico, anexo ao Processo.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

10. 1. Para efeito de pagamento será utilizado o seguinte Índice de Medição de Resultados (IMR):

<b>AVALIAÇÃO DOS INDICADORES</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, a fim de garantir a segurança patrimonial e pessoal nas dependências do HFA e manutenção da administração do contrato
<b>Meta a cumprir</b>	100% dos serviços executados, dentro dos prazos definidos pela administração e adequados à perspectiva definidas no Termo de Referência
<b>Instrumento de medição</b>	Planilha de controle dos serviços executados, por indicadores.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência.
<b>Periodicidade</b>	Avaliação diária e consolidação mensal.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	O número de ocorrências mensal refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
<b>Início de Vigência</b>	Será formalizada no 30º (trigésimo) dia da data de início da execução dos serviços, considerando a primeira medição da Nota.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	0 a 30 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura 40 a 60 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura 70 a 90 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura 100 a 120 ocorrências – 85% da meta = recebimento 85% da fatura
<b>Sanções</b>	As prevista no Projeto Básico
<b>Observações</b>	a) Os serviços serão avaliados diariamente e medidos mensalmente, consecutivamente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços. A primeira avaliação será formulada após o 30º (trigésimo) dia da data de assinatura do Contrato. a) O ajuste no pagamento, se houver, será formalizado no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 30º (trigésimo) dia da data da assinatura do Contrato. a) A existência de mais de 14 (quatorze) ocorrências, será objeto de apuração por meio de processo administrativo, a fim de verificação de possível inexecução parcial ou rescisão contratual

**INDICADOR I - AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ESSENCIAIS E ASSISTENCIAIS CONTRATADOS**

**Aferição:** Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência. Devendo haver o registro formal pelo Fiscal.

ITEM	METAS / ITENS A SEREM OBSERVADOS	Mês ____ / Ano:
		Quantidade de Ocorrência
1	Profissional sem a qualificação (cursos/titulação) prevista.	
2	Ausência de categoria profissional prevista.	
3	Indisponibilidade da prestação do serviço (ausência de algum dos funcionários, sem a devida cobertura) por um período superior a 15 (quinze) minutos.	
4	Ausência contumaz no posto base.	
5	Deixar de registrar, assinar e datar a avaliação na assistência ao paciente quando realizada.	
6	Utilização de vestuário que não faça parte do uniforme ou de adornos não adequados para a execução da atividade.	
7	Não utilização de crachá.	
8	Término da prestação de serviço antes do horário preestabelecido.	
9	Descumprimento do tempo regular de intervalo (ex: almoço).	
10	Distrações, conversas, confraternizações irregulares que atrapalhem a execução do serviço.	
11	tratamento inadequado com o paciente, familiares, servidores e funcionários do HFA	
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		

Obs.: a) O Fiscal de Contrato deverá elaborar tabela de pontuação dos indicadores visando identificar as ocorrências

b) Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

**TABELA II - AJUSTES NO PAGAMENTO**

Especificação	Valores/Quantidade
Valor Mensal do Contrato / Valor da Nota a ser media	R\$
Período: 30 (trinta) dias	____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____
Número de Ocorrências no trimestre (B)	

**TABELA III - FAIXAS DE OCORRÊNCIAS**

nº de ocorrências no Trimestre (B)	Atingimento da Meta % (C)	Fator IMR (A) x (C)	Valora Recebido pela Contratada
0 a 30	100,00	R\$	R\$
40 a 60	95,00	R\$	R\$
70 a 90	90,00	R\$	R\$
Mais que 130 (Inexecução parcial ou possibilidade de Rescisão)	Será apurado diante do serviço efetivamente realizado.	R\$	R\$
Valor Recebido			R\$

**INDICADOR II - PRESTAÇÃO DO SERVIÇO****Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato que detalhará a ocorrência.**

ITEM	METAS / ITENS A SEREM OBSERVADOS	MÊS _____ Quantidade de Ocorrências
1	Deixar de atender os parâmetros estabelecidos por meio da Resolução – RDC nº 07, de 24 de fevereiro de 2010 e redações dadas pelas Resoluções – RDC Nº 26, de 11 de maio de 2012 e RDC N ° 137, de 8 de fevereiro de 2017.	
2	Deixar de fornecer os insumos necessários ao atendimento aos pacientes, tais como medicamentos, medicamentos de alto custo, material hospitalar e dietas industrializadas	
3	Deixar de fazer a manutenção dos aparelhos que ficarão sob sua guarda quando da operação dos leitos, substituindo os mesmos no caso de dano ou quebra dos aparelhos.	
4	Não disponibilizar o quantitativo de leitos previstos.	
5	Deixar de avaliar paciente internado em UTI quanto ao seu estado clínico em todos os turnos e nas intercorrências clínicas pelas equipes médica, de enfermagem e de fisioterapia, assinado e datado em prontuário eletrônico, com certificação digital.	
6	Deixar de integrar, quando necessário, as assistências nutricional, farmacêutica, fonoaudiológica, fisioterapêutica e de terapia ocupacional às demais atividades assistenciais prestadas ao paciente.	

7	Não manter a monitorização e registros e/ou deixar de estabelecer medidas de controle ou redução dos eventos sentinela que possam indicar a má qualidade da assistência, tais como extubação acidental, perda de cateter venoso e úlceras de pressão e estabelecer medidas de controle ou redução dos mesmos.	
8	Não fornecer orientações aos familiares e aos usuários, nos horários de visita ou quando couber, em linguagem clara, sobre o estado de saúde e assistência a ser prestada desde a admissão até a alta.	
9	Deixar de praticar a atenção e gestão humanizada.	
10	Deixar de apresentar os protocolos clínicos previstos atualizados.	
11	Deixar de apresentar os registros de qualidade estatísticas dos indicadores de qualidade, previstos.	
12	Deixar de cumprir as obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica.	
13	Manter os serviços contratuais nos turnos previstos (periodicidade e modo de execução dos serviços), em desacordo com o determinado no Termo de Referência.	
14	Deixar de registrar e controlar a assiduidade e pontualidade dos empregados, permitindo atraso na chegada ou antecipação na saída superior a 15 (quinze) minutos.	
15	Deixar de providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências nos postos de serviço.	
16	Não apresentar documentação referente ao pagamento de pessoal quando solicitado pelo Fiscal de contrato, ou atraso no pagamento, desde que não seja de sua responsabilidade.	
17	Deixar de recolher os tributos e encargos sociais previstos no contrato.	
18	Deixar de fornecer aos empregados os equipamentos de segurança previstos no instrumento convocatório, para a prestação dos serviços, quando necessário, utilizando equipamentos de EPIs ou EPCs inadequados. Ausência de itens do equipamento de proteção individual.	
19	Deixar de cumprir as normas e as políticas de segurança do HFA	
20	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	
21	Utilizar as dependências do HFA para fins diversos do objeto do Contrato.	

Obs.: Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência.

<b>TABELA II - AJUSTES NO PAGAMENTO</b>	
Especificação:	Valores/Quantidade:
Valor Mensal do Contrato / Valor da Nota a ser medida (A)	R\$

Período: 30 (trinta) dias	___/___/___ a ___/___/___
Número de Ocorrências (B)	

<b>TABELA III - FAIXAS DE OCORRÊNCIAS</b>			
nº de ocorrências no Trimestre (B)	Atingimento da Meta % (C)	Fator IMR (A) x (C)	Valora Recebido pela Contratada
0 a 3	100,00	R\$	R\$
4 a 6	95,00	R\$	R\$
7 a 9	90,00	R\$	R\$
10 a 12	85,00	R\$	R\$
Mais que 12 (Inexecução parcial ou inexecução)	Será apurado diante do serviço efetivamente realizado.	R\$	R\$
Valor Recebido			R\$

<b>AJUSTES FINAL NO PAGAMENTO</b>	
ESPECIFICAÇÃO	VALORES / QUANTIDADE
VALOR DO CONTRATO NO MÊS A SER AVALIADO	R\$
PERÍODO	30 (TRINTA) DIAS
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	
FAIXA DE AJUSTE	___% da meta = recebimento de ___% da fatura.
Valor a ser pago no mês	R\$

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Estudo Técnico Preliminar e no Projeto Básico, anexo ao Processo.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

12.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

12.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

12.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

12.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

12.9.3. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - ALTERAÇÕES**



14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. CLAUSULA DÉCIMA-SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - FORO**

17.1. É eleito o Foro da Cidade de Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Brasília - DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

REPRESENTANTE DA CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE DA CONTRATANTE:

REPRESENTANTE DA CONTRATADA:

\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE DA CONTRATANTE:

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 1

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 2



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Domingos de Araújo Medeiros, Auxiliar**, em 01/04/2021, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **3409214** e o código CRC **389C5831**.

---

# ANEXO IV DO PROJETO BÁSICO 7

## TERMO DE VISTORIA

Declaro, para fins de comprovação junto à Seção de Licitação do HFA, que a empresa (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, localizada . \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, da cidade de \_\_\_\_\_, visitou a dependência predial da Unidade de Terapia Intensiva, quando conheceu todas as áreas abrangidas, as condições e técnicas exigidas para o objeto: **Serviço de gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)** para A Diretoria Técnica de Saúde do Hospital das Forças Armadas, esclarecendo todas as dúvidas, junto a UTI, sobre o objeto desta Contratação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura do declarante do HFA: \_\_\_\_\_

Nome do declarante do HFA...: \_\_\_\_\_

(Representante do HFA)

Declaro, junto à Comissão de Habilitação e Julgamento, que a empresa deu-se por satisfeita com as informações obtidas, junto ao Setor Técnico do HFA, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Assinatura do representante da Empresa : \_\_\_\_\_

Nome do representante da Empresa.....: \_\_\_\_\_

Número da identidade do representante : \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Domingos de Araújo Medeiros, Auxiliar**, em 31/03/2021, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Augusto Monteiro Pinheiro, Respondendo pela Direção**, em 31/03/2021, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ferraz, Chefe**, em 01/04/2021, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Kladson Taumaturgo Farias, Ordenador(a) de Despesas**, em 01/04/2021, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **3405468** e o código CRC **5264B1D6**.

ANEXO V DO PROJETO BÁSICO

DECLARAÇÃO Nº 1/2021/SEÇ AQS/SDALC HFA/DCAF HFA/CMT LOG HFA/HFA/SEPESD/SG-MD

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_ (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o HFA.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Brasília-DF, de 26 de março de 2021.

Assinatura do Representante Legal/Preposto da Empresa:

Nome do Representante Legal/Preposto da Empresa:

Número da identidade do Representante Legal/Preposto da Empresa:

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Domingos de Araújo Medeiros, Auxiliar**, em 29/03/2021, às 08:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Kladson Taumaturgo Farias, Ordenador(a) de Despesas**, em 29/03/2021, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Augusto Monteiro Pinheiro, Respondendo pela Direção**, em 31/03/2021, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ferraz, Chefe**, em 01/04/2021, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **3390202** e o código CRC **6DD3B9C0**.

---

## Anexo VI - Modelo de Proposta

**(TIMBRE DA EMPRESA)**

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2021	
Data da Proposta	
Proponente	
CNPJ	
Endereço	
Cidade	
Telefone	
E-mail	

### 1. QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS

item	Descrição/Especificações	CATSER	UNID MED	QTDE DIÁRIAS	VALOR UNIT	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL	Obs
1	Serviço de gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de <b>até 30 (trinta) leitos de unidade de terapia intensiva (UTI)</b>	12920	SV	5.400				
Valor da Contratação								

Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ (xxxxx) dias

Declaração: Os preços ofertados estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Horário: 00:00

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante da Empresa Emitente]

Cargo



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Domingos de Araújo Medeiros, Auxiliar**, em 31/03/2021, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Augusto Monteiro Pinheiro, Respondendo pela Direção**, em 31/03/2021, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ferraz, Chefe**, em 01/04/2021, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Kladson Taumaturgo Farias, Ordenador(a) de Despesas**, em 01/04/2021, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **3405270** e o código CRC **CFE0BA0B**.